



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**TÍTULO | MONITORIZAÇÃO E REVISÃO DA
CARTA EDUCATIVA DE PONTE DE SOR:
UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA**

Nome do Mestrando | Lucília Maria Alves Louro

Orientação | Professor Doutor José Manuel Leal Saragoça

Mestrado em Sociologia

Área de Especialização | Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

Estágio Curricular

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**TÍTULO | MONITORIZAÇÃO E REVISÃO DA
CARTA EDUCATIVA DE PONTE DE SOR:
UMA REFLEXÃO SOCIOLÓGICA A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA**

Nome do Mestrando | Lucília Maria Alves Louro

Orientação | Professor Doutor José Manuel Leal Saragoça

Mestrado em Sociologia

Área de Especialização | Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

Estágio Curricular

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA



“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais.”

(Augusto Cury)



Dedico este trabalho aos meus pais, Cecília e Lourenço,
que sempre estiveram presentes nas minhas lutas diárias.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

AGRADECIMENTOS

São vários os caminhos que percorremos ao longo das nossas vidas. Numa fase de desalento profissional, foi necessário criar forças e motivação para ultrapassar obstáculos e vencer os mesmos. Não fossem os tropeços, as críticas, os objetivos, os amigos que vamos encontrando nesse caminho, nunca conseguiríamos chegar a uma meta e vencer as batalhas deste trabalho.

Agradeço às pessoas que me fizeram vencedora numa luta, pois com elas aprendi a lapidar a pedra bruta da vida e retirar da mesma a excelência para vencer os obstáculos.

Ao Professor Doutor José Manuel Saragoça orientador da Universidade de Évora e à Supervisora da Câmara Municipal de Ponte de Sor, Doutora Susana Esculcas, agradeço todos os ensinamentos, motivação, disponibilidade, força e amizade, e o quanto me ajudaram a crescer na vida. Deste misto de carinho e atenção, aprendi muito e, tal como uma reta, um caminho nunca tem fim. O sucesso vai-se construindo, com a montagem de várias “peças”, como se de um *puzzle* se tratasse.

Aos professores que, com seus saberes e aprendizagens, souberam enriquecer o meu reportório de conhecimentos e com quem travei momentos enriquecedores, agradeço todos os seus ensinamentos.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, Engenheiro Hugo Hilário, à Senhora Vereadora da Educação e Cultura, Doutora Sérgia Bettencourt e à Técnica Superior Susana Esculcas e também Supervisora do Estágio Curricular, o meu agradecimento pelo acolhimento, ajuda e amizade. De igual forma quero agradecer a ajuda de toda a Divisão de Educação e Cultura, em especial à Doutora Conceição Sanganha e ao Técnico Superior José Costa que ao longo deste percurso de Estágio, sempre se mostraram empenhados no desenvolvimento do meu trabalho.

Às minhas amigas e colegas, Carla Galrão e Lucília Santos que, embora distantes, sempre estiveram presentes nos dias e nas noites longas, onde partilhámos conhecimentos, brincadeiras, tantas vezes traduzidas em sorrisos e lágrimas, mas que sempre me trouxeram carinho, apoio, consolo, força e uma amizade que atravessa qualquer lugar e distância que nos possa separar. Foram vocês, quem sempre me deu a mão, nos meus altos e baixos, e não me deixaram desistir desta aventura. Por vos considerar umas guerreiras e nos encontrarmos amparadas, não vos quero deixar, em momento algum, nas caminhadas que temos vindo a traçar juntas.

Aos meus companheiros de casa, marido e filho, que tantas vezes releguei para segundo

plano, em detrimento do trabalho que tinha de realizar, não deixaram de estar presentes nos momentos menos bons que fui tendo ao longo deste percurso.

Aos meus pais que, sabendo do esforço e trabalho a que me propus, sempre me incentivaram a continuar o trilho e tentaram que eu superasse as dificuldades, ajudando da melhor forma que puderam.

Por muito que possa agradecer, sei que não há agradecimento que mereça um obrigado tão grande como a força da ajuda recebida. Mas eu tenho de agradecer, porque todos os dias a vida me torna uma pessoa melhor e é em torno de todas estas pessoas que tal é atingido.

A todos, o meu muito obrigado.

*“A adversidade tem o dom de despertar talentos ocultos que
na prosperidade teriam ficado adormecidos.”*

(Horácio)

Resumo

Iniciamos este trabalho com uma descrição da estrutura do relatório de Estágio.

Na segunda parte do trabalho desenvolvido, é feito um enquadramento deste. Aqui, percorre-se um pouco sobre a história do Poder Central e Local e como se realizam as competências educativas a estes níveis em Portugal. Em seguida é feita a ligação da Educação aos Municípios, aos Territórios Educativos, e à Cidade Educadora. A finalizar esta segunda parte do trabalho, descreve-se o papel que um sociólogo tem numa autarquia e é realizada uma síntese reflexiva sobre todas as temáticas até então desenvolvidas.

A terceira parte do trabalho é dedicada à caracterização do concelho de Ponte de Sor e à apresentação da nossa entidade de acolhimento, Câmara Municipal de Ponte de Sor. Iniciou-se a mesma por uma breve descrição histórica da localidade, seguindo-se uma caracterização geográfica, demográfica, económica e social do concelho e uma descrição das projeções demográficas da localidade até 2018. No que concerne à Câmara Municipal de Ponte de Sor, entidade de acolhimento, fez-se uma caracterização da mesma e em particular à Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, espaço onde se desenvolveu o Estágio Curricular.

A quarta parte é dedicada ao Estágio Curricular em si mesmo. Num primeiro ponto descreve-se o desenvolvimento do estágio, onde é realizado um breve enquadramento, seguindo-se os objetivos, a metodologia e onde procuramos identificar as atividades desenvolvidas durante o estágio, descrevendo neste contexto, a forma como a Carta Educativa do concelho foi revista e monitorizada durante este período.

Na quinta e última parte do trabalho, em jeito de conclusão de um trabalho desenvolvido e de um período de tempo onde as experiências foram colocadas em prova, é feita uma reflexão de um Sociólogo numa Autarquia, tecidas algumas considerações sobre o Estágio Curricular e a contribuição que o desenrolar do trabalho descrito, veio proporcionar quer a nível pessoal quer a nível profissional.

Palavras-chave: Educação, Carta Educativa, Municípios, Sociologia da Ação.

Abstract

**MONITORING AND REVIEW OF THE EDUCATIONAL LETTER PONTE DE SOR:
A sociological reflection from experience**

We began this work with a description of the structure of the stage where report is made to the description of it.

In the second part of the work is done in this framework. Here, a little about the history of Central and Local Power and how to carry out the educational skills to these levels in Portugal. Soon afterwards it is made the connection of the Education to the Municipal districts, to the Educational Territories, and to the Educating City. To conclude this Monday it leaves of the work, the paper is described that a sociologist has in an autarchy and a reflexive synthesis is accomplished on all the themes until then developed.

The third part of the work is dedicated to a characterization of the municipality of Ponte de Sor and of our host entity, Ponte de Sor Municipality. The same began for an abbreviation historical description of the place, being followed a characterization geographical, demographic, economic and social of the area and a description of the demographic projectors of the place to 2018. In what it concerns in Ponte de Sor Town Hall, reception entity, was made a characterization of the same and in matter to the Division of Social Action, Education, Culture and Sport, space where grew the work as a Trainee Curricular.

The fourth part is dedicated to the Trainee Curricular in himself. In a first point the development of the apprenticeship is described, where is accomplished a brief framing, being followed the objectives, the methodology where tried to identify the activities developed during the apprenticeship, describing in this context, the form as the Educational Letter of the area was reviewed and monitored during this period.

In Thursday and last part of the work, in way of conclusion of a developed work and of a period of time where the experiences were put in proof, it is made a reflection of a Sociologist in an Autarchy, woven some considerations about the Trainee Curricular and the contribution that uncoiling of the described work, it came to provide wants at personal level wants at professional level.

Keywords: Education, Educational Charter, Municipalities, Sociology of Action.

ÍNDICE

1. Introdução.....	16
2. Estrutura do Relatório.....	16
Parte I - Enquadramento	19
1.1. O Poder Local e Educação.....	20
1.1.1. Do Estado Novo à atualidade	20
1.2. A Territorialização das Políticas Educativas.....	25
1.3. O Poder Local e a Intervenção na Educação.....	29
1.4. Educação.....	31
1.5. Município, Educação e Territórios Educativos	36
1.6. Município e Cidade Educadora	38
1.7. O papel do sociólogo numa autarquia.....	41
1.8. Síntese reflexiva	42
Parte II – Caracterização do Concelho de Ponte de Sor e da Entidade Acolhedora	44
2.1. Caracterização Do Concelho De Ponte De Sor.....	45
2.1.1. História de Ponte de Sor.....	45
2.1.2. Caraterização geográfica, demográfica, económica e social do concelho	46
2.1.3. Projeções demográficas da população residente no concelho de Ponte de Sor até 2018	59
2.2. Câmara Municipal De Ponte De Sor.....	62
2.2.1. Caracterização da Câmara Municipal.....	62
2.2.2. Caracterização do Local de Estágio - Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto	64
Parte III – Estágio Curricular	67
3. 1. Desenvolvimento do Estágio	68
3.1.1. Contextualização.....	68
3.1.2. Objetivos.....	70
3.1.3. Metodologia	71
3.1.4 Atividades realizadas.....	71
3.2. Principais Resultados	74
3.2.1. A Carta Educativa do Concelho de Ponte de Sor	74

3.3. Síntese reflexiva	76
1. Reflexão de um sociólogo numa autarquia	79
2. Considerações finais sobre o Estágio.....	80
3. Contribuição para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional	82
Bibliografia	84

INTRODUÇÃO

1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo, retratar a realidade percorrida, inicialmente sob a forma de um pré-estágio, desde o dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze (sem horário e dias estabelecidos para o efeito), até ao dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezasseis. No período de um fevereiro até ao dia vinte e oito de maio de dois mil e dezasseis, realizou-se o Estágio Curricular, parte integrante do último ano do Curso de Sociologia, Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Évora, que serve de complemento ao trabalho final para a conclusão do Mestrado em Sociologia.

Este relatório reflete o elenco das atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular realizado na Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, nomeadamente na Secção de Educação da Câmara Municipal de Ponte de Sor, num total de quinhentas e vinte e cinco horas.

Foi a Câmara Municipal de Ponte de Sor a instituição que me acolheu durante o referido período e que possibilitou, enquanto mestranda do Curso de Sociologia, Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, desenvolver o projeto a que nos propusemos. A Divisão da Cultura e Educação foi onde, com uma equipa que faz parte da mesma divisão, se colocou o projeto em prática. Projeto este que incide no trabalho desenvolvido em torno da Carta Educativa de Ponte de Sor, mais especificamente na sua monitorização e revisão. Este relatório intitula-se *Monitorização e Revisão da Carta Educativa de Ponte de Sor: uma reflexão sociológica a partir da experiência*, e concebe a obtenção de grau de mestre em Sociologia sendo realizado no período de 2014 a 2016.

2. Estrutura do Relatório

A Carta Educativa assume, uma importância fundamental como estudo complementar ao Plano Diretor Municipal, tendo como meta, no plano teórico-normativo, “melhorar o ensino, através de uma utilização eficaz dos edifícios escolares e dos equipamentos de um determinado território” (ME, 2011). Enquanto instrumento de planeamento orientado para garantir uma rede educativa que, de alguma forma, se apresente ajustada no espaço e no tempo, torna-se necessária uma avaliação sistemática, com o objetivo de serem detetados desajustamentos e de lhe ser introduzida uma maior eficiência. Neste contexto, o Município de Ponte de Sor encontrava-se numa

fase de apreciação da sua Carta Educativa (elaborada em 2006), necessidade amplamente justificada atendendo a que a rede educativa concelhia sofreu alterações nos últimos anos. Como tal, a Carta Educativa, de certa forma já não se encontrava conforme os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da atual rede educativa.

O presente relatório encontra-se estruturado em três partes que pretendem descrever como o Poder Local e a Educação se têm acompanhado ao longo das décadas, desenvolver um estudo em torno da Educação, dos Municípios, dos Territórios Educativos, das Cidades Educativas, das Cartas Educativas, do papel do sociólogo enquanto agente participante numa autarquia, proporcionando momentos de reflexão e de partilha em torno da temática do tema trabalhado.

A primeira parte, referente ao enquadramento, incide sobre: o Poder Local e a Educação, onde se propõe abordar, neste contexto, o período de tempo desde o Estado Novo até á atualidade; a Territorialização das Políticas Educativas, evidenciando a questão da descentralização e da transferência de competências para o Poder Local; o Poder Local e a sua intervenção na Educação; a Educação; os Municípios, a Educação e os Territórios Educativos, onde se propõe abordar a triangulação entre os mesmos; os Municípios e a Cidade Educadora e suas relações; o Papel do Sociólogo na Autarquia, dando enfase aos contributos que este pode exercer na mesma; e uma síntese reflexiva sobre as temáticas.

Na segunda parte será realizada uma caracterização do Concelho e Ponte de Sor e da Entidade Acolhedora para a realização do estágio. No que diz respeito à primeira parte deste ponto, faz-se uma abordagem à História da localidade, e em seguida uma caracterização a nível geográfico, demográfico, económico e social que dará um conhecimento da realidade concelhia e a perceção das políticas locais. Faz parte deste capítulo conhecer as projeções a nível demográfico até 2018 para a população residente no concelho. Será também apresentada e caracterizada a Câmara Municipal de Ponte de Sor e a entidade de acolhimento, mais propriamente a Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto.

A terceira parte do relatório refere-se ao Estágio Curricular, onde se descreve o desenvolvimento do mesmo, fazendo-se uma referência à sua contextualização, objetivos, metodologia aplicada e às atividades desenvolvidas durante este percurso. Neste ponto são ainda referenciados os principais resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto e, neste sentido, será feita referência à Carta Educativa do concelho e uma posterior síntese reflexiva sobre esta abordagem.

Por último, em jeito de conclusão, é feita uma reflexão sobre o papel do sociólogo na autar-

quia, tecendo-se também as considerações finais sobre o estágio e o contributo que este proporcionou ou irá proporcionar, para o desenvolvimento pessoal e profissional do estagiário. Aqui enquadra-se também a bibliografia e outros instrumentos utilizados na realização do presente relatório.

Parte I

ENQUADRAMENTO

1.1. O Poder Local e Educação

1.1.1. Do Estado Novo à atualidade

O Estado Novo autodefinia-se como sendo “*uma República orgânica e corporativa*” onde a “*soberania residia em uma Nação*” estando restringida pela “*moral e o direito*” (Oliveira, 1996). Possuía um único partido, embora não estivesse dependente deste.

De acordo com Fernando Rosas (1992), desde o início, o Estado Novo fundamentou-se sobre quatro linhas-chave: a recusa de uma democracia de cariz liberal; o nacionalismo corporativo; o estado forte; e o intervencionismo económico-social. Segundo o mesmo autor, o Estado Novo não se organizava de acordo com os fundamentos liberais, democráticos e parlamentares do Estado, por entenderem os seus ideólogos que, a liberdade e soberania popular apenas produziam desordens, não garantindo “*as legítimas liberdades individuais e coletivas*”. Numa recusa de liberalismo, recusava-se o totalitarismo, conduzindo o princípio de que o Estado português era limitado “*pela moral e pelo direito*”, apesar das evidências de traços totalitários ao divulgar uma forma de vida e moral dominantes, assim como orientações ideológicas.

Outro dos fundamentos do regime foi o nacionalismo, uma vez que todas as pessoas fossem estas singulares ou coletivas, estavam sujeitas aos objetivos da pátria. Tal só seria atingível se se conseguisse a criação de uma ideia genuína de Nação. Defende também, Fernando Rosas (1992) que, a sua legitimidade deixaria de estar nos indivíduos ou nos partidos, mas passaria a estar nos órgãos constitutivos da Nação, nomeadamente as famílias, as freguesias, os municípios e as corporações, tendo estes órgãos, “*intervenção direta na construção dos corpos supremos do Estado*”.

O Estado Novo considerava que, para existir um Estado forte, era necessário um poder executivo forte, o que viria a confirmar-se pela Constituição, na qual o papel do Chefe de Estado, possuía competências mais abrangentes, como o nomear e exonerar o Governo, dissolver a Assembleia da República e, exigir revisões da Constituição. Tinha assim, o Presidente da República, dependente de si, um Governo da sua responsabilidade e independente da assembleia legislativa.

No que concerne ao quarto ponto-chave da ideologia do Estado Novo, o mesmo concretizou-se através da grande intervenção ocorrida a nível económico e social a que o país foi sujeito. Segundo a Constituição, o “*Estado tem o direito e a obrigação de coordenar superiormente a vida económica e social*”.

Desde 1928 que estas características evidenciam o caráter centralista do Estado Novo, momento em que, Oliveira Salazar para aceitar o cargo de ministro das finanças, impõe a condição de poder controlar todas as despesas do Orçamento Geral do Estado.

De 1928 a 1934, decorre um período de tempo em que, quer no contexto nacional quer internacional, se atravessa uma grave crise económica que, aliada com as doutrinas inspiradoras do regime tornaram o Estado Novo num “*regime autoritário e de autoridade, de cariz pessoal e personalizado e, sobretudo, centralizador*” (Oliveira, 1996).

Ao nível da organização dos “*corpos administrativos*”, o centralismo do regime também se fazia refletir. A distinção entre Município e Estado da Nação era defendido pelo corporativismo como sendo artificial, apoiando a teoria de que só o Estado corporativo poderia superar a dualidade liberal, uma vez que os interesses dos Municípios e da Nação se conciliavam. O Estado, agindo como entidade reguladora e gestora de interesses nacionais, intervinha na forma de atuação das Autarquias que viriam as suas funções bastante limitadas, uma vez que o Município era, de acordo com a doutrina do Estado Novo, parte da Nação e, como tal, absorvido pela sua unidade.

Quanto à autonomia que as Autarquias poderiam possuir, por colocarem em causa a estrutura centralizadora e poderosa do regime, não a tinham. As decisões tomadas pelas Autarquias, eram fruto da dependência de aprovações, autorizações, subsídios da administração central, ficando as promessas eleitorais dos Municípios eternamente como promessas, porque o executivo local não possuía poder de decisão exclusivo sobre nenhum domínio camarário (Portas, 1979).

Em 1936 é publicado o Código Administrativo, documento que passa a regular o Poder Local e o seu exercício. Neste se define que a Autarquia Local é constituída por uma população e um território, que poderá corresponder a uma freguesia, a um concelho ou a uma província, mas pertencendo ao Estado como uma parcela do mesmo, regulada por leis gerais que deste provêm. Às freguesias, o centralismo-administrativo do Estado, chegava através do regedor, visto como o representante nomeado do presidente da câmara (Oliveira, 1996).

No que concerne à administração dos concelhos, existiam os órgãos comuns: concelho municipal, que representava as juntas de freguesia e controlava o presidente da câmara municipal e em que as juntas de freguesia eram os únicos órgãos eleitos pelos chefes de família, não sendo uma eleição por sufrágio universal; a câmara municipal, órgão colegial, constituída por um presidente nomeado pelo Governo e por vereadores; e o presidente da câmara municipal, pessoa nomeada pelo Governo, magistrado municipal ou administrativo, embora as recomendações do

Código Administrativo, fossem no sentido de que a sua escolha fosse feita pelos municípios dos concelhos em causa. Sobre o presidente de câmara recaía toda a estrutura administrativa municipal, cabendo-lhe o cargo de coordenação, orientação, fiscalização e execução das deliberações camarárias, para além da representação do município ao nível do poder central.

As províncias eram um órgão autárquico consagrado na Constituição de 1933, cuja utilidade foi contestada desde a entrada em vigor do Código Administrativo e que, em 1959, são extintas e substituídas pelos governos civis, o que vinha consequentemente alterar a Constituição. Tal facto levou assim a reformas no Código Administrativo, passando o distrito a ser concebido como uma entidade autárquica supramunicipal, que agrega os municípios do seu território, devendo como tal, apoiá-los e orientá-los e tendo como atribuições o desenvolvimento e a cultura.

Vivia-se uma época em que tanto o municipalismo como o Poder Local se encontravam desrespeitados quer pelos membros da oposição, quer pelos responsáveis políticos, em que tanto uns como outros, relegavam para segundo plano, o Poder Local em detrimento do Poder Central, remetendo o exercício do municipalismo para as clientelas do Estado Novo (Ruivo, 1988).

Estava criada uma situação de dependência do Poder Local face ao Estado, fruto da insuficiência de receitas municipais, fracos meios, ferramentas e quadros técnicos inadequados, contribuindo para que as autarquias não possuíssem uma autonomia.

O Poder Local e a sua atuação durante o Estado Novo, não foi mais que um:

“ (...) longo período de centralização feroz, que transformou os órgãos autárquicos em extensões menores de administração central, presididos por mandatários nomeados pelo Governo que haviam de se caracterizar pelo seu espírito de obediência, acomodação e reivindicação controlada.” (Marques, 1986:2).

Com a Revolução do 25 de abril de 1974, esta máquina administrativa é extinta e são criadas as Comissões Administrativas que asseguravam a gestão autárquica e todo o trabalho voluntário conseguido e que vigoram até às primeiras eleições de 1976. O Município era, em 1974, uma instituição enfraquecida e desacreditada, consequência do modelo centralizador que enformou a organização administrativa do Estado Novo.

O Poder Local, democrático, tal como existe hoje em Portugal, consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP), surge em 1976, período que confirma a entidade das Autarquias Locais (a Região Administrativa, os Municípios e as Freguesias), atribuindo ao Poder Local Autárquico, o princípio da descentralização administrativa acompanhada da descentralização

financeira, passando as Autarquias Locais a assegurar os interesses próprios das populações, ficando assim definidas como pessoas coletivas de base territorial dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das respetivas populações. De acordo com órgãos próprios escolhidos em atos eleitorais, as Autarquias Locais dispõem desta forma, de uma autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1976, os Municípios e o Poder Local constituem-se como uma realidade inteiramente democrática, resultado do sufrágio direto e universal, recuperando a autonomia e conquistando simultaneamente novas atribuições e competências próprias, assumindo igualmente novas responsabilidades. Apesar dos meios financeiros disponíveis na altura serem poucos, os investimentos feitos, permitiram alterações na vida das populações, melhorando as suas condições de higiene e saúde públicas, fomentando o aparecimento de alguma iniciativa a nível local. O voluntariado da população possibilitou a construção de algumas infraestruturas que se tornaram importantes para estas populações e o associativismo teve um grande impulso, tornando-se um meio de dinamização e de intervenção local.

Pela primeira vez, em dezembro de 1979, os órgãos autárquicos são eleitos em sufrágio universal e direto, decorrendo no mesmo período de tempo, as primeiras eleições para as Autarquias Locais. Aprova-se, em Assembleia da República, a “Lei das Finanças Locais”, Lei n.º1/79 de 2 de janeiro, que consagra o regime de autonomia financeira das Autarquias, em particular dos Municípios, regulamentando os princípios relativos ao património e receitas próprias destes.

Em 1986, a Assembleia da República veio aprovar uma lei (Lei n.º1/87, de 6 de janeiro) que salientou o papel da Associação Nacional dos Municípios como representante dos interesses do Poder Local. Segundo Sá (2000), entenda-se por Poder Local o conjunto das Autarquias Locais, assim como as atribuições e competências que lhe são adstritas e a forma como estas são exercidas, num sistema político e administrativo concreto. Embora já tivessem sido conseguidos excelentes resultados do trabalho desenvolvido, é agora confirmado um investimento e sua rentabilização social, por parte das Autarquias Locais. Em Portugal, estas compreendem as Freguesias, compostas pelas Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia, os Municípios compostos pelas Câmaras Municipais e Assembleias Municipais e, as Regiões Administrativas.

Ainda na década de 1980 e perante as infraestruturas construídas, procurou-se solucionar a forma de gerar emprego, assim como a de atrair população e recursos humanos, para além da pretensão de fomentar o desenvolvimento local. Nesta altura, começa-se então a pensar em planeamento, em desenvolvimento estratégico, questões relacionadas com a ocupação do território,

com a eficácia da administração e a relação com as populações. Paralelamente, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e aos fundos de apoio financeiro comunitários, as Autarquias vêm-se confrontadas com uma nova fase de diversificados desafios, que começam a surgir nesta altura. É o momento da realização dos Planos Diretores Municipais, dos Planos de Ordenamento do Território, dos Planos de Urbanização e dos Planos de Desenvolvimento Estratégico concelhios. Com o trabalho em parcerias e a participação das populações nos processos de decisão, viria a ser aprofundado o funcionamento democrático.

Contrariamente aos interesses dos munícipes e das respetivas populações, é também nesta altura que se dão retrocessos na autonomia financeira do Poder Local. Segundo Ruivo (1990), a importância atribuída à cultura política local, ocorre na sequência de o Local ser o palco onde se estabelecem as relações sociais que combinam num sentido de territorialidade.

Inicia-se uma maior intervenção do Poder Central com a distribuição dos Fundos Estruturais Comunitários, o que, conseqüentemente levou a uma redução do papel desempenhado pelos Municípios, começando pela inviabilização da criação das Regiões Administrativas. Tal leva a um contrassenso, perante as exigências feitas às Autarquias, como as grandes promotoras do desenvolvimento nacional, pois o investimento feito por estas, é maior do que o realizado pelo Governo.

O restabelecimento do Poder Local no pós 25 de abril de 1974, foi uma das transformações que maior impacto produziu sobre a sociedade portuguesa, ganhando este autonomia e ocorrendo transferência de competências entre o Estado Central e o Local. Ao dar resposta às aspirações e reivindicações das populações, o 25 de abril veio questionar o papel do Estado, exigindo deste, uma maior intervenção, quer na economia, quer na satisfação das necessidades básicas de acordo com uma sociedade mais exigente.

“ É assim que se assiste a um rápida extensão da segurança social, do sistema educativo, do sistema de saúde e assistência médica a par de melhorias significativas nas infraestruturas e equipamentos ”. Conseqüentemente, os aparelhos de Estado sofreram alterações, constituindo *“a dinamização do Poder Local talvez o melhor exemplo da transformação das Estruturas do Estado pressionadas pela procura dirigida à satisfação das necessidades básicas no quadro do consumo coletivo ”* (Mateus, 1981).

Recentemente, o primeiro-ministro, António Costa, na sua mensagem de Natal de 2016 vem reafirmar que o incremento da descentralização do Estado é a forma mais convincente para celebrar os quarenta anos do Poder Local democrático em Portugal. Segundo António Costa (2016),

“o poder atribuído a quem está mais próximo dos cidadãos é um poder mais eficaz e que resolve os problemas das populações”. No seu discurso, ao manifestar a sua opinião, *“(...) os autarcas serão capazes de governar melhor o mundo (...)”*, o que reforça a justificação das competências da Administração Central, para as Autarquias. Refere também que *“A proximidade é o princípio básico de uma verdadeira democracia e o motor para o progresso”*, assim como, *“(...) só assim se reforçará a participação democrática e a transparência, mas também o desenvolvimento económico e social, a unidade nacional e os laços de solidariedade entre todos os portugueses”*.

Com o intuito de aprofundar a *“descentralização democrática da administração pública”*, António Costa, referiu que as reformas que irão ocorrer com este objetivo, irão representar a *“plena concretização”* da Constituição da República, designadamente do seu Artigo 6º. Sob a forma de previsão, acrescenta ainda, a quando do mesmo discurso que, *“(...) em 2018, a escolha dos dirigentes das comissões de coordenação e desenvolvimento regional caberá aos autarcas”*. Neste contexto, enfatiza a importância dos representantes locais eleitos e das Autarquias, no desenvolvimento das comunidades e da sociedade portuguesa, desde as primeiras eleições autárquicas, em 1976.

1.2. A Territorialização das Políticas Educativas

O conceito de territorialização, quando aplicado ao setor da Educação, traduz uma realidade complexa e global da transformação das relações entre o Estado e a Educação, que tem vindo a ser utilizado para dar significado a uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, quer no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas que, de um modo geral, vão no sentido de uma valorização de afirmação de poderes periféricos, quer no que se refere à mobilização de atores numa nova contextualização da ação política. É porém inesgotável, a dicotomia tradicional entre “centralização” e “descentralização”.

A territorialização das políticas educativas caracteriza-se por alterações das relações e papéis do Estado, no que concerne às formas de decisão política e de administração da Educação, para além da transferência de “poderes e funções do nível nacional e regional para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (em particular dos pais dos alunos) como um parceiro essencial na tomada de decisão” (Barroso, 1997). Esta produz novas formas de articulação entre o central e o local, associando-se a uma dupla vontade política

do Estado, aquando da sua redescoberta do poder entre o centro e a periferia, lutando pela redução das desigualdades sociais.

Por isso se compreende que o processo de “territorialização das políticas educativas” não possa nem deva ser reduzido unicamente à dimensão jurídico-administrativa, nem muito menos a uma simples questão de modernização da administração pública. A territorialização é um fenómeno essencialmente político e implica um conjunto de opções que têm por pano de fundo um conflito de legitimidades entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local.

Considerando os processos de territorialização das políticas educativas iniciados em vários países, assim como os estudos que têm sido realizados sobre os mesmos, parece ser possível identificar, para além da sua diversidade, algumas finalidades comuns, como: a) a contextualização e a localização das políticas e da ação educativas confrontando a homogeneidade das normas e dos processos, a heterogeneidade das formas e das situações; b) a conciliação de interesses públicos e interesses privados, os primeiros, na busca do «bem comum» e os segundos, para a satisfação de interesses próprios dos alunos e suas famílias; c) a transição de uma relação de autoridade baseada no controlo «vertical» monopolista e hierárquico do Estado, para uma relação negociada e contratual baseada na desmultiplicação e «horizontalização» dos controlos, quer centrais, quer locais; d) a procura de soluções tendentes a que na definição e execução das políticas educativas, a ação dos atores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação.

São vários os países, em particular desde os meados da década de 80, onde têm decorrido experiências ou processos institucionalizados, mesmo com diferentes tradições políticas e administrativas no domínio da Educação, que estão sob o processo da «descentralização».

No sentido desta territorialização, em Portugal, existem também alguns processos emergentes, como sejam, por exemplo: a) o processo de constituição, gestão e funcionamento das «escolas profissionais»; b) a elaboração de «cartas escolares/educativas» de base municipal ou intermunicipal; c) projetos de parcerias a nível local envolvendo escolas, municípios e outros serviços sociais; d) projetos de animação socioeducativa.

Relativamente a estes processos, existem algumas questões que nos parecem oportunas: será possível construir com objetividade e clareza o objeto “*políticas educativas*” sem que se deixe de manter um compromisso com as lutas sociais em torno dessas mesmas políticas? Podemos, por agora aceitar que, a resposta a esta pergunta possa ser aceite e a definida por Morrow e Torres

(1997), quando propõem “(...) uma análise integrada da política educativa que deve, na perspectiva de uma sociologia da educação crítica e política, possuir dois momentos: a análise objetiva dos determinantes da política pública; e uma análise da antecipação das condições de possibilidade das mudanças e das estratégias prováveis de implementação de uma política de transformação”.

Importa evidenciar alguns dos eixos e condicionantes das políticas educativas atuais, tendo em conta a redefinição do papel do Estado. Parece-nos ser uma etapa prévia pela qual é impreterivelmente passar, antes de questionar os desenvolvimentos futuros e as “políticas de transformação”.

O Estado-nação foi, e continua a ser, um dos vetores determinante na configuração das políticas educativas. Se por um lado é impulsionador, por outro é consequência da ação eficaz da educação política. O binómio Estado-nação continua a centralizar-se numa análise das políticas educativas, embora não tenha essa exclusividade. Coloca-se a questão de saber se, dada a “desnacionalização” do Estado, faz ainda sentido convocar teorias que assentam nos pressupostos do Estado-nação, ou seja, teorias cuja capacidade explicativa supõe a existência de uma grande autonomia de decisão do poder político numa determinada configuração territorial. Como sugere Boaventura dos Santos (1998), ” o processo de descentralização a que o Estado nacional vem sendo sujeito, nomeadamente por via do declínio do seu poder regulatório, torna obsoletas as teorias do Estado que até agora dominaram, tanto as de origem liberal, como as de origem marxista”.

A existência de teorias neomarxistas ou outras que privilegiam a autonomia relativa do Estado e que, demonstraram possuir uma capacidade heurística, no contexto nacional, para explicar conscientemente, quer o compromisso com a acumulação capitalista, quer a permeabilidade conjuntural às lutas sociais e ao processo de legitimação democrático, parecem estar a ficar retrógradas no que diz respeito a uma inevitável globalização neoliberal e por sua vez, a todas as suas consequências quer no campo político, económico cultural e mesmo educacional (Bourdieu, 1998).

O Estado em si mesmo, enquanto sujeito histórico e político continua a existir, com suas teorias, e das quais precisamos, por as mesmas redefinem o seu papel e serem capazes de justificar os limites e as possibilidades da sua atuação.

Para além da necessidade de problematizar os efeitos da *globalização* e discutir a sua própria configuração como nova e sob uma poderosa ideologia, a análise sociológica das políticas

educativas continua a não poder deixar de se servir do papel e da natureza sociológica dessas políticas e conseqüentemente, da formação social existente que estão impregnadas da (e na) história dessa mesma formação.

É necessário saber como falar da reforma do Estado antes de voltar a atenção para a redução das teorias do Estado. Encontrar teorias que, para além de permitirem superar os défices já existentes e diagnosticados, procurem explicar a redefinição do papel do Estado e a sua realocação, tendo em conta a reestruturação do capitalismo a nível global, é importante. Neste sentido, defende David Held (1995), numa época em que coexistem múltiplos centros de poder e sistemas de autoridade, tornar-se necessário renovar as bases políticas e as teorias democráticas. O mesmo autor refere que “isto não implica abandonar o estado moderno mas sim concebê-lo como um elemento de um contexto mais amplo de condições, relações e associações políticas”. A perspectiva do mesmo autor, parece-nos ser compatível com outra sugerida por Boaventura dos Santos, ao afirmar “ (...) sob a mesma designação de Estado está a emergir uma nova organização política mais vasta que o Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais”.

Poder-se-nos-ia levantar a questão de, como até que ponto, as políticas educativas podem favorecer novas articulações com a *comunidade*, como por exemplo, a construção de *políticas educativas locais* que não deixam de ser, políticas públicas, embora não referenciadas apenas ao Estado? Como pensar uma política educacional que inclua o Estado (e os valores do domínio público) sem se pensar na *comunidade* (e os valores que esta pressupõe), sem esquecer o papel desempenhado pelos novos movimentos sociais?

Para dar resposta a estas questões, há perspectivas que procuram equacionar as políticas educativas atuais essencialmente por referência à ideia de um “bem comum local”, onde existisse uma conciliação entre o interesse público representado pelo Estado e os interesses privados, representados pelas famílias e outras instituições, serviços ou atores locais. Para viabilizar este “bem comum local”, propõem-se medidas de *territorialização* e parcerias *socioeducativas* que, segundo Barroso (1998), “devem constituir um processo de contratualização que responsabilize diversos organismos e entidades (entre elas a escola) na concretização de interesses comuns, no quadro de desenvolvimento de uma política educativa local”, fugindo assim à polarização quer num “modelo de súbdito”, fortemente subjugado ao Estado, quer num “modelo de mercado”, exclusivamente motivado pelos interesses particulares. Segundo o mesmo

autor, só uma política assente numa partilha de poderes e recursos entre a administração central e local (incluindo a escola), onde exista uma participação social e uma intervenção do Estado na defesa do bem comum, poderá contribuir para que a descentralização e a autonomia da escola sejam uma forma de desenvolver o sentido cívico e comunitário à escola pública. Assim, se produzem novas formas de articulação entre o nacional e o local, associando-se a uma dupla vontade política do Estado, aquando da sua redescoberta do poder entre o centro e a periferia, lutando pela redução das desigualdades sociais.

1.3. O Poder Local e a Intervenção na Educação

A ideia da construção de um “bem comum local”, não deixa de constituir uma problemática, dadas as várias concepções, referências e ideologias que existem ao nível da “comunidade” e que para além de diversas, são também contraditórias (Afonso, 1999).

Importa também discutir a profundidade e valorização das parcerias entre atores coletivos e o Estado, uma vez que traduzem uma das alternativas mais inovadoras e interessantes das atuais políticas educativas, que escondem uma nova e, por sua vez, mais eficaz, forma de legitimação da ação do Estado, num contexto de retração das políticas públicas e dos direitos sociais, económicos e culturais.

Neste sentido, pode mesmo dizer-se que, a “crise de legitimação” do Estado capitalista democrático, não tem sido mais acentuada porque a valorização do seu novo papel de “articulador” permite-lhe com mais facilidade descentrar a pressão social relativa aos direitos para uma pluralidade de novos atores coletivos não-estatais, os quais, sendo levados a assumir-se como *parceiros*, paralelamente assumem, como consequência desse facto, uma importante parcela de responsabilidade na consecução de objetivos públicos que antes recaía exclusivamente no Estado. As parcerias, talvez por isso, constituam hoje, um eixo fundamental na elaboração e implementação das políticas públicas e educativas, não significando necessariamente a diminuição, mas antes, a reatualização em novos moldes do poder de regulação do Estado e assim contribuindo também para a substituição da noção de governo pela (nova) noção de “governação”.

São vários os Municípios que procuram desenvolver, políticas educativas definidas como políticas sociais locais. É o ponto forte deste processo. A ligação da escola à comunidade,

consagrada na Lei de Bases do Sistema Educativo, é ampliada com o novo paradigma de administração e gestão das escolas e a reforma curricular (Formosinho, 2000), pelo que, em particular, na última década, acabam por se concretizar medidas tendentes a descentralizar decisões que vão favorecer a necessidade de parceiros fortes e autónomos a nível local (Canário, 1998) e de tornar os indivíduos e os coletivos locais mais ativos na construção do processo de desenvolvimento local e regional.

Perante este cenário, a crescente abertura da escola à sociedade apela à criação e manutenção de relações de interação com outras entidades, nomeadamente com as Autarquias locais. No entanto, esta atuação poderá configurar como uma preocupação para a própria Educação, uma vez que a mesma pretende fomentar uma prática de discussão de uma política local onde a própria Autarquia é parceira ativa e ouvida, ou poderá ser um órgão a exercer o que se encontra legislado, ou ainda mesmo, exercendo-o de acordo com normas legais, pode introduzir ligeiras modificações da legislação. A política educativa, tal como a totalidade das políticas públicas com interesse no local, terá de possuir uma ancoragem muito forte no local, não deixando de atender às suas próprias competências, características dos seus atores e de todos os que constituem o local.

Perante as várias situações que têm a ver com o Poder Local e a Educação, é pertinente saber como se processa a definição de política educativa local. Uma vez criados os Conselhos Municipais de Educação, estes foram criados para dar resposta a tal definição e serão utilizados apenas como forma das instituições locais, para reivindicarem junto do poder local mais recursos, mesmo que os mesmos não correspondam a um maior envolvimento camarário, no que diz respeito às questões educativas locais. Para que tal se desenvolva neste sentido, é necessário uma caracterização sócio demográfica do território. E neste sentido, analisar o seu desenvolvimento económico, o tipo de população maioritária do concelho, a própria ação política do município, nomeadamente no que respeita aos aspetos relacionados com a centralização e pessoalização do executivo municipal.

Cada vez mais as Autarquias tentam ser verdadeiros intervenientes e não meros financiadores, procurando a concretização de atividades e projetos que muitas vezes não são das competências autárquicas. Estas estão cada vez mais empenhadas em dar resposta às necessidades da população e em particular, no desenvolvimento a nível educacional e cultural. Procuram estabelecer estratégias conjuntas com as escolas e outras instituições de carácter social, cultural e educativo, de forma a incluírem projetos educativos de escola, atividades de desenvolvimento onde se enquadram estas temáticas. A importância da Educação no

desenvolvimento do seu território é, pois, reconhecida pelo Poder Local.

Pode-se dizer, em jeito de conclusão que, a intervenção das Autarquias, depois do 25 de abril, foi pautada pela aquisição de responsabilidades, resultado da descentralização de competências da administração central para o Poder Local.

1.4. Educação

O homem quando nasce surge como que se de “uma folha em branco” se tratasse. Não tem história. Apenas possui instintos que, com suas experiências sociais se vai moldando de acordo com as regras historicamente construídas e definidas pela própria sociedade. São essas experiências sociais que vão ficando marcadas no consciente e subconsciente de cada um e que lhe proporcionam direções para as próprias ações. Certo é que de uma folha inicialmente lisa, surge uma folha marcada em que, ficam registos mais ou menos bons e que variam de sociedade para sociedade numa História que não tem fim.

A Educação do indivíduo mais não é do que uma tarefa necessária e suficiente. O indivíduo não nasce pronto e acabado, não nasce dotado de razão e de moralidade. Se nascesse com estes atributos, não seria necessário a tarefa da educação do seu espírito. Ele precisa ser educado, pois nasce carente e é ao longo da sua vida que vai adquirindo competências. Para isso, precisa passar por vários estágios para que se sinta em si mesmo, como ator participante e onde a sua razão, imaginação e moralidade possam fortalece-lo e lhe possam dar atributos para que possa fazer parte de uma sociedade controlada por homens e em constante mudança.

Neste sentido, a Educação pode entender-se como o ato de educar, de instruir, de construir, de disciplinar. Mas, num sentido mais amplo, pode definir-se, o meio em que os hábitos, os costumes e os valores que determinada comunidade possui e são transmitidos de geração em geração. Constrói-se através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida em que é colocada em prática, a sua capacidade de socialização. Pode também entender-se como um caminho para proporcionar o desenvolvimento da pessoa, das suas aptidões e das suas potencialidades, procurando acima de tudo, o exercício pleno da cidadania.

Falar de Educação é falar de uma característica inerente a cada pessoa e, na sua globalidade, num atributo que deve ser tido como um bem adquirido ou a adquirir. Questionar o porquê da finalidade da Educação, é talvez uma questão que se encontra sempre em aberto e para a qual

existem imensas respostas. São muitas as ideias em torno da forma como se pensa a Educação e o seu papel perante a sociedade. Sobre os mais diversos olhares, conseguimos perceber discursos que definem o papel desta e o da escola, como sendo reconstrutores de uma sociedade que, através da homogeneização das desigualdades se consegue construir com indivíduos críticos, mas conscientes da sua própria construção e por conseguinte, estimulados para o seu desenvolvimento cognitivo e socioeconómico.

Falar das questões da Educação, implica falar da Sociologia como ciência que nasce como tentativa de explicar as mudanças sociais e tem como propósito, pensar o homem e as suas pretensões, produzir conhecimento para pensar o processo social e o funcionamento do mesmo. Não se trata de uma ciência unificada e, desde longas décadas, que leva a discussões em vários centros de investigação. Segundo Couldson (1979), “ (...) sociologia é uma disciplina potencialmente humanista porquanto pode aumentar a área de escolha que os homens têm sobre suas ações. Ela lhes permite localizar as fontes a que devem recorrer se quiserem mudar as coisas, e os meios necessários, dando ao homem, dessa forma, uma base científica potencial para ação, reforçando-o, em vez de constrangê-lo numa camisa de força do determinismo.”.

Toda a história da Educação é composta por histórias de indivíduos, de estratégias, de tradições e de instituições. Nasce com o impacto de todos os acontecimentos decorrentes da Revolução Francesa e é fruto de uma transformação, de uma transição para uma sociedade nova, e de um cruzamento de três revoluções: a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a Formação dos Estados Nacionais, a chamada *Modernidade*. Poder-se-á dizer que houve uma revolução política como a Revolução Francesa, outra económica como a Revolução Industrial e ainda, uma intelectual (o triunfo do racionalismo, da ciência e do positivismo). E foram vários os pensadores que se dedicaram a pensar esta nova ordem social que aparecia. Pensadores como Auguste Comte, Karl Marx, entre outros, dedicaram algum do seu tempo a perceber estas mudanças e a primeira destas, tem a ver exatamente, com a própria mudança da sociedade. Neste sentido, se antes da Revolução Francesa, nas sociedades, as organizações sociais eram fruto das forças exteriores, ou naturais, na sociedade moderna, o social é acompanhado de leis de funcionamento próprias e as quais podem ser explicadas. Neste mesmo século, com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, a criação de vastas unidades de produção, a constituição da classe operária e a urbanização, são algumas das manifestações da Revolução Industrial. A terceira revolução contribui para o aparecimento da Sociologia, uma vez que esta advém do sentido do pensamento científico e da racionalização. Auguste Comte veio anunciar a

chegada da era do positivismo, onde o mundo é explicado com base na explicação científica, submetida ao conhecimento de fatos e experimentações. Neste sentido, dois dos fundadores da Sociologia, Comte e Max Weber, utilizam o termo sob perspectivas diferentes. O primeiro utiliza-o para fazer a disciplina da observação empírica e rigorosa dos fenómenos sociais, enquanto o segundo, faz a descrição da história da civilização capitalista como o triunfo do pensamento racional e como um movimento no caminho de um «desencantamento do mundo»

Nas várias mudanças que foram ocorrendo e continuam a acontecer, o olhar sociológico traz-nos uma nova perspectiva sobre situações que poderão ser aparentemente de natureza individual, mas que não se limitam a isso, tornando-se de cariz coletivo. São muitos os problemas que nos parecem ser individuais, mas ao olhar sociológico, eles são realidades que se enquadram numa realidade coletiva e que muitas vezes se repercutem noutros tipos de problemas. Este olhar ajuda a encarar a realidade sob diferentes ângulos. E é nestes ângulos de visão a que não estamos habituados, que podemos ser levados a olhar o que quer que esteja em análise, de uma forma diferente. Aos olhares de um sociólogo, mais do que qualquer outra ciência, a Sociologia debruça-se sobre a própria sociedade assim como se debruça sobre todos os seus ramos e sobre tudo o que a constitui, para além de se dedicar a compreender as formas de interação que mantemos uns com os outros, as nossas formas de organização e os fenómenos observados na realidade dos indivíduos. Segundo Giddens, "(...) a Sociologia tem muitas implicações práticas nas nossas vidas. O pensamento e pesquisa sociológicos contribuem, de várias e óbvias maneiras, para a ação e política concreta e para a reforma social".

Como ser humano inserido numa sociedade, o sociólogo age enquanto ser pertencente a um determinado espaço e como membro da sociedade de que faz parte. Pode ter, e é certo que tem, uma visão que o diferencia de todos os que se debruçam sobre os papéis da sociedade e o desenvolvimento da mesma. Compreender esta sociedade e o facto social, assim como a forma de agir de ambos, contribuiu para o nascimento de Sociologia. Fruto da modernidade, desenvolveu-se paralelamente com as transformações sociais, políticas e culturais e, dado o seu próprio objeto, ela surge como o reflexo de uma época dos seus valores, das suas inquietações, das relações sociais, assim como de tantos outros fatores que emergem da própria sociedade. Segundo Guerra (2000), "(...) as mudanças sociais trazem consigo, também mudanças nas perspectivas profissionais onde surgem novas exigências de campos profissionais para os sociólogos praticarem o seu saber, intervirem, avaliarem resultados, analisarem causas explicativas de fenómenos, explicitarem estruturas sociais, proporem medidas de mudança".

Impera falar também da Sociologia da Educação, uma vez que, a nossa realidade não é apenas formada pelas nossas experiências particulares, as nossas interações com outros membros que integram a nossa realidade e as interações que esses têm na sua realidade e que tomam parte na construção de um todo muito maior, e que acabam por moldar as nossas próprias realidades e as formas como interagimos com os outros e com o mundo, num contexto mais abrangente. Falar de Sociologia da Educação, é falar de uma ciência produtora de conhecimentos específicos que procura explicar o papel da democratização e o papel do ensino, proporcionando uma reflexão sobre a sociedade e os problemas relacionados com a Educação, que dela advêm. O seu principal papel é o de investigar a escola enquanto instituição social, analisando os processos sociais envolvidos e as mudanças ocorridas na sociedade ao nível da Educação.

Os primeiros grandes sociólogos que se debruçaram sobre a Educação como tema e objeto de estudo foram: Auguste Comte (1798-1857); Émile Durkheim; Karl Marx (1818-1883); Max Weber (1864-1920) tendo cada um deles uma perspetiva relativamente ao tema.

Seja em que local e em que contexto for, a Educação muda e em paralelo, vai-se transformando aliada às permanentes mudanças que ocorrem numa sociedade que procura corresponder às suas próprias exigências. Mudanças que não acontecem somente em Portugal, mas também a nível mundial. E, neste mundo de mudanças, a escola não é exceção.

Em Portugal, por sua vez, por ser a realidade da qual estamos mais próximos e em que vivenciamos muitos dos problemas existentes, ao nível da Educação, existe uma necessidade de mudança urgente, embora se verifique que nem sempre o poder político possui a força nem os entendimentos necessários para tornar essa mudança consistente e suficiente para que prevaleça por algum tempo. E, neste sentido, por muito que se verifiquem já significativas mudanças, ainda se continua a tentar remendar uma Educação que continua a ter o mesmo suporte de há décadas atrás. Fala-se hoje em autonomia, como já se falou em outros tantos modelos ao longo dos anos e que prometiam que algo se alterasse na Educação. Uns falharam, outros foram abandonados, justificando-se tais acontecimentos com o facto de que o modelo seguinte a ser implementado fosse sempre um modelo melhor, com um currículo mais exigente, que permitiria mais sucesso escolar, uma melhor preparação dos alunos para a sua vida ativa. E assim continuam as lutas, por uma Educação melhor, procurando delinear processos que se enquadrem com as mudanças que a própria sociedade impõem e, ao mesmo tempo, que acompanhe a Educação desenvolvida noutros países. Será oportuno questionar o porquê de no meio de tantas mudanças, ainda não se ter chegado a um produto final bem-sucedido. Poder-se-á dizer que, todo este processo se

encontra envolvido em interesses políticos e, nesse sentido, o poder político não se entende. Muitas destas mudanças foram ocorrendo e algumas vezes não foram bem-sucedidas, uma vez que quem as idealiza e pensa colocar em prática, realiza um trabalho de gabinete e não um trabalho de campo, ao nível das escolas. Torna-se importante saber o que acontece no espaço físico e saber as realidades existentes no terreno. É necessário conhecer a própria sociedade, a sua forma de pensar e de agir, para que se possam traçar modelos adequados à realidade vivida em Portugal e não querer equiparar este território, ao de outros países, onde os modelos defendidos pelas ideologias políticas são diferentes das nossas.

Mudar o sistema educativo que impera em Portugal é pois fundamental. E, nesse sentido, tem sido reforçado nos últimos anos, a formação docente que em pouco promove a inovação de práticas, pois essa formação não trata de modelos que se pretendem implementar, mas apenas enriquece os conhecimentos pessoais dos docentes que adquirem o conhecimento suficiente para que se sintam capacitados para o fazer, com um à vontade e acabando por passar o experimentalismo para a sala de aula, ou tão simplesmente, o reavivar dos seus conhecimentos em contexto prático que foram adquirindo com a sua prática adquirida ao longo dos tempos. É necessário envolver os docentes na mudança, mesmo antes de tal ser implementada. Se tal não acontecer, esta acaba por fracassar e não passa do ponto de partida.

Segundo Cardoso (2018), se se fala de Educação, de escola, de docentes, de políticas educativas e de mudanças, não podemos deixar de falar dos alunos que se encontram inseridos numa determinada sociedade e numa determinada escola. Importa pois, compreender o verdadeiro papel da escola perante a sociedade. Como instituição que é, seja pública ou privada, procura ao longo dos anos, originar transformações que causaria nos indivíduos e por conseguinte, na sociedade, a libertação de uma classe onde todos poderiam ter as mesmas oportunidades e privilégios. Frequentar a escola, deixou de ser um lugar privilegiado, e passou a ser um espaço aberto onde todos possam aprender e desenvolver as suas capacidades e competências, interrelacionando-se e construindo os seus saberes. Formar alunos, com espírito crítico, prepara agentes promotores da mudança social e, aliados a estes, Educação e escola, difundem novos valores e novos padrões comportamentais, necessários à criação de uma sociedade que precisa de normas e regras que são importantes para a organização da sociedade ou do grupo social.

O Homem sempre foi e será, o ser capaz de efetuar a mudança. E, tal como se tem verificado ao longo dos anos, ele é quem muda a sua própria história e como tal, tem o perfil para transformar a Educação e o cidadão crítico e consciente, ao procurar o seu autoconhecimento e colaborar nas mudanças sociais.

1.5. Município, Educação e Territórios Educativos

Falar de Município e de cidade é, na sua essência, falar de um mesmo conceito pelo relacionamento que têm entre si, confundindo-se muitas vezes a sua definição. Contudo, apesar da proximidade, eles representam ideias distintas. Se falar de cidade é falar de um agrupamento urbano, concentrado numa determinada região e é pensá-la como uma área urbanizada, onde residem várias pessoas, com determinadas características e que exercem diferentes atividades económicas interdependentes, já falar de Município, é falar de todo o território sob alçada da cidade, compreendendo um espaço mais abrangente como o interior, as paisagens, as vilas e mesmo as comunidades afastadas do centro urbano. Poder-se-á dizer que, num mapa, o Município é delimitado pelas fronteiras políticas e nessa área se enquadram as cidades. Se se entender a cidade como um agrupamento urbano, concentrado numa única região, da qual fazem parte residências, estabelecimentos comerciais, serviços públicos, ruas avenidas, etc., falar da cidade, em termos de Educação, é debater um tema que desde à muito tem servido de debate e continua presente. No que concerne à intervenção do Município e por conseguinte, da cidade na Educação, a ideia mantém-se.

Segundo Fernandes (2004), “Quer o município quer a cidade têm sido referidos a partir de alguns anos para cá como instâncias de parceria e participação nas políticas educativas nacionais bem como de enquadramento e promoção das políticas educativas locais.”. Se Faure (1972) refere que “ (...) embora a escola desempenhe um papel fundamental, cada vez menos, poderá assumir sozinha, as funções educativas da sociedade (...) ”. A ideia continua presente nos dias de hoje. É cada vez mais urgente construir uma escola onde exista um potencial humano com perfil, que acompanhe as sucessivas mudanças da sociedade e que acompanhe os vários modelos de escolarização que têm decorrido ao longo das décadas.

Se se tomar em consideração a análise crítica que tem sido realizada em alguns países, onde se desenvolvem processos de territorialização das políticas educativas, quer no quadro da descentralização administrativa, quer no quadro da conceção de uma maior autonomia às escolas, ou mesmo no quadro das «parcerias» como um quadro de formas de contratualização local, podemos dizer que este processo tem lógicas diferentes que dependem de fins políticos. E, neste sentido, é possível ver a territorialização não, e apenas, como uma medida técnico-administrativa destinada a modernizar o Estado e por ele ser controlada, mas pelo contrário, encará-la como um processo de apropriação, por parte de uma determinada comunidade que engloba vários espaços sociais e em que se reúnem vários atores com um objetivo comum, que é o de empreenderem uma ação coletiva. Nestes sentido, os territórios educativos devem ser construídos pelas próprias práticas sociais e institucionais, fruto de um esforço de integração dos interesses individuais dos diferentes atores que têm interesses comuns.

Em Portugal, o processo de descentralização educativa, parece passar por uma recusa de definição de territórios decretados administrativamente, mas antes realizado sob um processo participativo, onde o respeito pela heterogeneidade do local deve estar presente. O início deste processo de territorialização deve ter como base, várias medidas que devem ser encadeadas e desenvolvidas em paralelo. Neste sentido, por parte da Administração Educativa, é importante que sejam fornecidos elementos de informação e de reflexão a todos os atores participantes. Outras das medidas refere-se à descentralização política e administrativa, no que concerne às áreas de competência como uma planificação educativa e responsabilidades de investimentos e de financiamentos que advêm de transferências do Estado.

Já em 2006, o Conselho Nacional de Educação procurou trazer as questões da descentralização, da autonomia das escolas e da regulação do sistema para o centro do debate educativo. E, neste sentido, desde algum tempo que, os municípios portugueses têm revelado uma crescente capacidade de intervenção, procurando por parte das comunidades locais, uma responsabilização e o estabelecimento de parcerias na procura de solucionar problemas educativos que abram novos desafios às escolas, permitindo a sua integração nas dinâmicas promotoras de desenvolvimento local.

1.6. Município e Cidade Educadora

Qualquer que seja o processo, cada vez mais as cidades têm ao seu dispor inúmeras possibilidades formativas que podem colocar à disposição dos seus habitantes, mesmo que algumas vezes estejam sujeitas a adversidades que contrariem esses fatores educativos.

Como atributo próprio, a cidade educadora tem, independentemente onde se situar, uma personalidade própria que a torna ser possível interligar-se com outras que a envolvem e com o restante meio envolvente, quer este seja o mais próximo ou o mais afastado. Como objetivo permanente, terá sempre na sua base, enriquecer a vida dos seus habitantes, com as suas aprendizagens, trocas, promoções e partilhas. Não se deve direcionar apenas para crianças e jovens, sendo estes o foco principal, mas também proporcionar às outras pessoas, uma formação ao longo da vida. Como diz Faure (1971), “a nova ética da educação tende a fazer do indivíduo o senhor e o autor do seu próprio progresso cultural.”.

Se a cidade é entendida como tendo um papel educativo preponderante, o Município, como instituição, assume o papel de liderança na coordenação e dinamização de uma política educativa baseada neste espaço urbano. Para lhe dar ênfase, o Município de Barcelona teve a iniciativa de criar o movimento das cidades educadoras e como consequência, após o primeiro congresso em 1990, onde estiveram representadas cidades e municípios da Europa e América, foi criada a Associação Internacional de Cidades Educadoras (La ciudad educadora, 1990; trilla, 1993). Neste primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras estiveram representadas várias cidades e Municípios, os quais haviam reunido numa Carta inicial, os princípios basilares ao impulso educador da cidade. Nestas, a base é a valorização dos seus habitantes no que concerne ao seu desenvolvimento. E é nesta altura que, o movimento das cidades educadoras enfatiza o papel que a cidade tem sobre a Educação. No entanto, com a participação mais ativa da cidade no projeto educativo, tal implica que se realizem reformulações dos sistemas educativos atuais, em torno de todos os intervenientes no processo educativo. Referindo-se a tal situação, o autor acrescenta que “é preciso ir mais além na revisão necessária dos *sistemas educativos* e pensar na criação de uma cidade educativa. Esta é a verdadeira dimensão do desafio educativo do futuro.”.

Os desafios do século XXI vão exatamente direcionados para um investimento na Educação de cada pessoa, de forma que esta se afirme como tal e se desenvolva, na sua plenitude, com a sua criatividade e com uma responsabilidade própria, com uma promoção pela igualdade onde

se possa sentir respeitada e capacitada para intervir. Outro dos desafios colocados neste século é a conjugação de todos os fatores possíveis, para que consiga construir plenamente, uma verdadeira sociedade do conhecimento, onde ninguém se sinta excluído, mas para a qual é necessário criar meios facilitadores que criem um ambiente propício a esse desenvolvimento.

Formar pessoas para a adaptação crítica e para uma participação ativa, de acordo com os desafios e possibilidades que lhe são colocados é necessário, para que possam intervir, a partir do mundo local, e estender-se ao mundo, onde por vezes as adversidades transbordam, mas que se possam manter firmes e com autonomia face ao controlo dos poderes políticos e económicos.

Segundo a Carta das Cidades Educadoras “ (...) as crianças e os jovens não são mais protagonistas passivos da vida social e, por consequência, da cidade. A Convenção das Nações Unidas de 20 de novembro de 1989, que desenvolve e considera constringedores os princípios da Declaração Universal de 1959, tornou os cidadãos e cidadãs de pleno direito ao outorgar-lhes direitos civis e políticos ao poderem associar-se e participar em função do seu grau de maturidade. A proteção das crianças e jovens na cidade não consiste somente no privilegiar a sua condição, é preciso cada vez mais, encontrar o lugar que na realidade lhes cabe, ao lado dos adultos que possuem como cidade a satisfação que deve presidir à coexistência entre gerações. No início do século XXI, as crianças e os adultos parecem necessitar de uma educação ao longo da vida, de uma formação sempre renovada.”

Segundo os autores do artigo “ Cidade Educadora: Novas perspetivas das políticas Educativas”, (2004), a centralização na cidade, com a liderança do Município, da implantação de uma política educativa local, já serviu de reflexão aquando do movimento das Cidades Educadoras. Para os mesmos autores, “ (...) ao centrar a política educativa na cidade e no Município como expansão organizada da cidade, não imaginamos o Município como uma reprodução a nível local (...). Vemo-lo no papel importante de coordenador e dinamizador de iniciativas surgidas no território municipal, de promotor de um projeto que influencie as potencialidades educativas locais para que se constitua uma rede educativa com intencionalidade expressa de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.”

O trabalho realizado e a realizar, ao nível da ideia de uma cidade educadora, continua a desafiar todos os que sobre o tema se debruçam. No entanto, mesmo perante as dificuldades que possam imperar neste trajeto, verificam-se indicadores de mudança ao nível das intervenções que os Municípios, assim como, outros agentes culturais têm apontado no sentido de uma maior participação, responsabilização e envolvimento na vida em sociedade. São já

vários os municípios portugueses que estão empenhados numa política educativa e que participam em projetos, congressos, seminários, etc., para que consigam incorporar na cidade a sua política educativa local e ver a cidade como um espaço educativo e o Município como um dos seus principais promotores. Os municípios portugueses estão atualmente mais atentos, sensíveis e abertos às questões educativas e dispõem de mais meios para poder dar continuidade à nova sensibilidade, do que o estavam os seus antecessores do século XIX ou da I República.

Não menos importante que aquilo que já foi referido, é a procura do relacionamento que os Municípios tentam manter uns com os outros. Com as transferências de algumas competências para estes, tal facto não deixou de causar alguma instabilidade entre eles e o governo, embora essas mesmas competências se encontrem legalizadas desde 1984. Situações como os transportes escolares gratuitos para o ensino básico; a comparticipação na construção de edifícios escolares para o ensino básico do 2.º e 3.º Ciclos; a colocação de educadores de infância nos jardins construídos pelas câmaras municipais, foram algumas das situações motivadoras de tal instabilidade. Foi com os acordos estabelecidos com o Governo a partir de 1995, que tais situações geradoras dos conflitos, se alteraram e vieram mostrar que estes, com o decurso do tempo, não só interiorizaram as suas obrigações educativas, como também reforçaram a sua capacidade de negociação com o governo, no que diz respeito a encargos com a Educação.

É por entre estes duplos papéis que o Município tem atuado até hoje, assumindo-se para além de um executor de políticas governamentais, também como interveniente, no sentido de complementar os atributos que a legislação lhe atribui no sentido da sua intervenção nas iniciativas locais, que apontam para uma emergente política educativa local. Em todas as alterações que tem envolvido os atores educativos e os contextos locais, o papel do Município tem sofrido uma evolução significativa nas suas funções e no seu enquadramento em relação ao Estado, ao território nacional e à cidade ou território local. O apelo feito aos Municípios, famílias e organizações locais, mas principalmente aos primeiros, advém das dificuldades que emergem dos sistemas educativos centralizados, em dar resposta aos problemas que emergem na educação escolar.

Poder-se-á concluir que, estamos confrontados com mudanças, impostas pelos novos desafios postos à Educação. Mudanças essas que requerem um novo paradigma educativo, que vem substituir o existente durante a época moderna constituído pelo Estado Educador, pelo sistema educativo centralizado e pela integração do Município subordinada aos objetivos

nacionais do próprio sistema educativo. A cidade, vista aos olhos deste novo paradigma, é vista como um espaço social de encontro, entre o global, o nacional e o local e entre a Educação formal e não formal, para a descentralização e autonomia e ainda, para o Município, como dinamizador e coordenador de uma política educativa local.

1.7. O papel do sociólogo numa autarquia

O trabalho do sociólogo envolve interdisciplinaridade com outras áreas científicas, não se cingindo apenas à sua área de especialização. Ele, enquanto técnico especialista numa valência científica específica, contribui com os seus saberes e com as suas aprendizagens. Numa Autarquia, o trabalho do sociólogo é um trabalho de campo e o contexto institucional é fundamental para o produto final pretendido. Neste trabalho de campo, e na área da Educação, em particular, o sociólogo move-se em diferentes espaços, que contemplam desde os gabinetes onde se encontram os técnicos e o apoio logístico, até ao espaço escolar, do qual fazem parte alunos, pessoal docente e não docente e ainda, os bairros, locais onde desenvolve a sua investigação. No entanto, em qualquer que seja a sua área de atuação, e nos mais variados espaços onde se mova, não deve assumir apenas o papel de investigador, mas também o de outras atividades que lhes estão inerentes, pela formação que possui e pela sua capacidade de atuação.

Numa Autarquia, são funções, de um sociólogo: desenvolver funções de investigação, estudo, conceção e aplicação de métodos e processos científico-técnicos na área da sociologia; participar na programação e execução das atividades ligadas ao desenvolvimento da respetiva autarquia local; desenvolver projetos e ações ao nível da intervenção na coletividade, de acordo com o planeamento estratégico integrado definido para a área da respetiva autarquia local; propor e estabelecer critérios para avaliação da eficácia dos programas de intervenção social; proceder ao levantamento das necessidades da autarquia local; propor medidas para corrigir e ou combater as desigualdades e contradições criadas pelos grupos ou sistemas que influenciam ou modelam a sociedade; promover e dinamizar ações tendentes à integração e valorização dos cidadãos; realizar estudos que permitem conhecer a realidade social, nomeadamente nas áreas da saúde, do emprego e da educação; investigar os factos e fenómenos que, pela sua natureza, podem influenciar a vivência dos cidadãos.

Para além das suas funções, o sociólogo tem também objetivos definidos. Neste sentido, é

fundamental que conheça a zona de intervenção social e estabeleça contacto com as instituições locais e com informadores privilegiados, definindo estratégias de atuação e estabelecendo contacto com os atores, para que possa obter resultados que lhe sejam fundamentais ao seu trabalho. Este deve ter uma capacidade de atuação relacional e interativa; uma capacidade de realizar uma recolha seletiva da informação e efetuar a sua descodificação em função dos objetivos projetados; e uma capacidade de ponderação prospetiva dos efeitos resultantes de determinadas ações no contexto social.

Poder-se-á dizer que o sociólogo ocupa um lugar primordial no processo de investigação e ação social, assim como deve ter a capacidade de reverter os problemas sociais em problemas sociológicos, equacionar as ações e reações e medir os seus efeitos no tecido social, de uma forma biunívoca.

1.8. Síntese reflexiva

As relações entre o Poder Local e a Educação têm vindo a assumir cada vez uma maior relevância, a nível local e a nível mundial. O Poder Local tem sido objeto de reivindicações educativas da sociedade e ao mesmo tempo o interlocutor, o sujeito e o ator de intervenção dos processos educativos. Estamos perante um fenómeno reconhecido pelo Poder Central e não apenas, e só, perante um objeto novo de investigação ou uma valorização social das funções educativas do Poder Local.

Poder-se-á dizer que as relações educativas e o Estado têm sofrido alterações ao longo dos tempos e têm levado ao aparecimento de conceções descentralizadas das competências educativas para o Poder Local. Neste sentido, as relações educativas e os parceiros educativos têm desenvolvido nas instituições e nomeadamente nas escolas e na sua comunidade envolvente, a procura de outros atores sociais na área da Educação. Para que tal seja possível, é necessário que, para além de levar para a escola uma população cultural e socialmente heterogénea de jovens, torna-se necessário uma partilha das responsabilidades entre todas as entidades que, no espaço social, não pode ser entendida e assumida apenas pela escola. Esta partilha de responsabilidades leva a que, neste contexto, o território educativo como parceiro ou como parte integrante do mesmo, leve a reflexões e a investigações que estabeleçam de forma estruturada e articulada, as relações entre as escolas e outras instituições da comunidade local.

É importante salientar que a atribuição de poderes às Autarquias está a evoluir. Tal como diz, Machado (2004), Estado democrático é sinónimo de Estado descentralizado. Neste sentido, não cabe ao Estado programar as ações dos indivíduos nem dirigir internamente os agentes sociais autónomos, mas sim, delimitar as esferas de ação desses agentes, uns para com os outros.

Uma participação ativa é o princípio fundamental da democracia. Ainda hoje lutamos pela integração das camadas mais jovens no processo democrático. E, participar nesse processo, é aceitar responsabilidades das decisões que são tomadas, quer a nível nacional quer a nível local. Às Autarquias locais cabe o papel de serem promotoras dos valores democráticos e da participação ativa. Estas são o elo de ligação, que confere união no País, tornando-se forte com as políticas de proximidade, e que olhem para as pessoas pela sua capacidade de participação e de inovação. O Poder Local, ao ser valorizado, significa valorizar o contributo que as Câmaras Municipais têm dado para o desenvolvimento do país em quarenta anos de democracia e reconhecer o impacto que têm nas condições de vida das pessoas, na coesão social e territorial e na construção de infraestruturas.

Desde 1974 que muito mudou ao nível das Câmaras Municipais. As Autarquias, desde essa altura, são a prova da importância da proximidade às pessoas e em que se procura corresponder as suas necessidades. Esta proximidade acabou por dar a conhecer os problemas sociais, culturais e do território, de uma forma mais concreta por se conseguir realizar uma análise mais próxima dos problemas existentes.

Todas estas posições se refletem e são o reflexo das sucessivas mudanças que têm ocorrido ao longo do tempo. E, são muitos os que, direta ou indiretamente, fazem parte deste processo. O sociólogo, como membro da sociedade e assumindo um papel preponderante perante a mesma, não fica nem pode ficar alheio a essas mudanças. No entanto, o seu trabalho, ao atingir o ponto de equilíbrio entre as consequências da necessidade e o necessário rigor inerente à atividade de qualquer ciência social, pode ser uma dificuldade que tenha de enfrentar. Mesmo assim, como profissional que é, e que procura estudar a organização do homem em sociedade, não pode deixar de atuar e contribuir, seja em que contexto e espaço se encontre, com os seus saberes e produzindo um saber teórico, dando os seus contributos que são o reflexo das suas análises e que se podem refletir em propostas de mudanças sociais.

Parte II

**CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE PONTE DE SOR E
DA ENTIDADE ACOLHEDORA**

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE PONTE DE SOR

2.1.1. História de Ponte de Sor

Desfrutando de grande beleza natural entre campos férteis e montados, Ponte de Sor guarda os testemunhos da pré-história, como o Núcleo Megalítico de Montargil. Da romanização assinalada pelas vias militares que atravessavam o território na ligação Lisboa – Mérida, conserva ainda, um interessante património religioso barroco, disperso pelas várias freguesias. A ponte, construída pelo povo nesta altura e que possibilitava esta ligação, deu nome à localidade. Foi considerada, no primeiro milénio-terceiro século depois de Cristo, o maior monumento de toda a estrada romana até Mérida. É possível, segundo os investigadores, que essa ponte, de que hoje nada resta, tenha integrado uma das vias romanas que ligavam Mérida, capital da província da Lusitânia a Lisboa. Não há data precisa de quando a ponte construída sobre a ribeira do Sor ruiu, mas sabe-se que no século XVIII apenas existiam vestígios dessa estrutura. A travessia da ribeira era feita por barca, cuja exploração era arrendada a terceiros pelo Município.

As fontes documentais existentes e os vestígios arqueológicos indicam que, após a queda do Império Romano, o território do atual concelho perdeu importância pela zona de conflitos existentes durante a Reconquista e só viria a ser povoado no século XIV, sob o incentivo de D. Dinis. Posteriormente a esta data, nos séculos seguintes, o lugar de Ponte de Sor que depois se tornou vila, recebeu privilégios de vários monarcas e foi-lhe concedido o Foral Manuelino em 29 de agosto de 1514.

A atual ponte foi construída no reinado de D. João VI (1822-1823) e ruiu uma parte da mesma, durante uma cheia que ocorreu poucas décadas depois da sua construção. A mesma foi recuperada em 1867, modificando-se a sua estrutura arquitetónica (substituí-se os arcos destruídos, no leito da Ribeira), por três grandes arcos de cantaria, que se mantêm até aos nossos dias.

O concelho atingiu a sua expansão atual no século XIX, com a anexação das freguesias de Galveias (1836) e Montargil (1871), e a vila conheceu uma expansão progressiva e quase constante. Para tal, nos anos 1860, contribuíram a chegada do caminho-de-ferro, sendo a estação de caminho-de-ferro de Ponte de Sor uma das mais importantes Linhas do Leste e viria a ser a primeira linha ferroviária construída em Portugal. Situada num ponto de cruzamento de rotas, norte-sul, este-oeste, nasceu e desenvolveu-se como local de passagem.

Mapa 2 – *Freguesias do concelho de Ponte de Sor*



Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

O concelho que conta com 839,7 km² apresenta uma localização periférica no contexto do Alto Alentejo, situa-se entre a região de Lisboa e Vale do Tejo e o Alto Alentejo, sendo delimitado a Norte pelo concelho de Abrantes, a Nordeste pelo de Gavião, a Sul pelo concelho de Mora, a Nascente pelo de Alter do Chão, a Poente pelos concelhos de Chamusca e Coruche e a Sueste, pelo concelho de Avis.

Mapa 3 – *Concelhos Limítrofes do concelho de Ponte de Sor*



Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

No que se refere a acessibilidades, o concelho de Ponte de Sor possui uma localização geográfica privilegiada no contexto regional, pois encontra-se num ponto estratégico de confluência de estradas com ligação a grandes centros urbanos como é o caso de Lisboa, Santarém, Portalegre ou Abrantes. Por se encontrar situado no centro do país, é favorecido a nível de distância de outras localidades, tanto para Sul como para Norte do território nacional. Contudo, esta rede viária, mantém-se inalterada desde há alguns anos, não tendo sido beneficiada com novas infraestruturas rodoviárias, conforme se encontrava previsto em projetos de melhoria desta rede. A nível de estradas, a rede viária do Concelho de Ponte de Sor, encontra-se definida em função da sede de concelho, sendo os principais eixos viários a EN244, EN2, EN119 e a EN367 que ligam Ponte de Sor, como concelho, a outros grandes centros urbanos e o mantêm como ponto de passagem dessas mesmas estradas nacionais. A cerca de 30 km encontra-se a A23 (Abrantes), que permite a ligação à A1 (Lisboa-Porto).

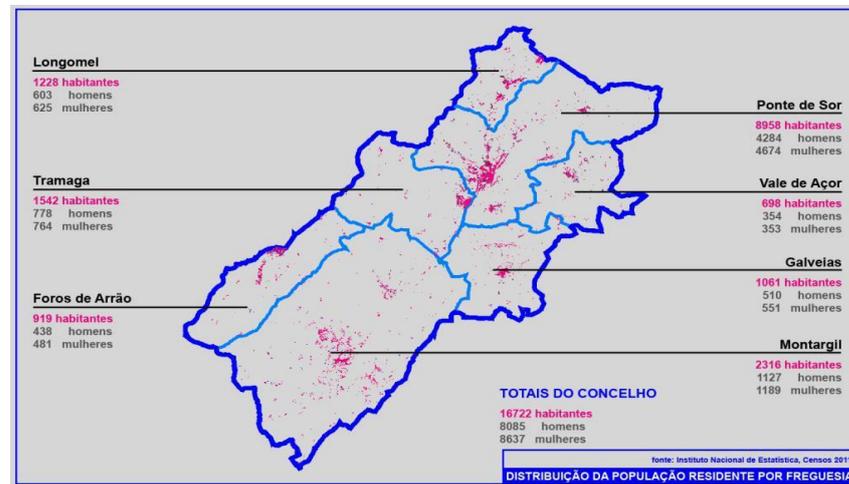
A nível ferroviário, Ponte de Sor apresenta-se com pouca acessibilidade, uma vez que na linha ferroviária que atravessa a sede de concelho, apenas uma vez na semana o comboio de passageiros realiza esse trajeto. Já no que diz respeito à passagem de transporte de mercadorias, esse faz-se com mais regularidade. A Autarquia de Ponte de Sor tem procurado, dentro das suas competências, alterar esta prestação de serviços, tanto para os residentes neste concelho, como para aqueles que por diversos motivos, entre os quais questões de ordem familiar, pretendem usufruir do que o concelho tem para lhes oferecer. Para além dos objetivos da Autarquia em alargar a rede de transportes ferroviários, existem competências que vão para além dos poderes dos autarcas do Município, o que vem limitar o progresso ao nível das acessibilidades regionais deste concelho.

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Ponte de Sor, a estrutura do povoamento no concelho e a morfologia dos aglomerados populacionais são fortemente marcadas pelos principais eixos viários que atravessam o território. A generalidade destes aglomerados de pessoas, organiza-se de forma linear, tendo como espinha dorsal uma via de atravessamento. A rede urbana caracteriza-se pela presença de um núcleo de grandes dimensões, Ponte de Sor, três de dimensões intermédias, Montargil, Tramaga e Galveias e os restantes com áreas menores. Nos últimos anos, a rede urbana exibiu um notório desenvolvimento, especialmente na sede do concelho, o que se repercutiu no acentuar dos desequilíbrios concelhios decorrentes da macrocefalia exercida.

Segundo os dados do PDM de Ponte de Sor, a representação espacial dos aglomerados

urbanos do concelho, bem como o da divisão populacional, é perceptível pelo mapa que se segue.

Mapa 4 – *Distribuição espacial dos aglomerados urbanos e da população*

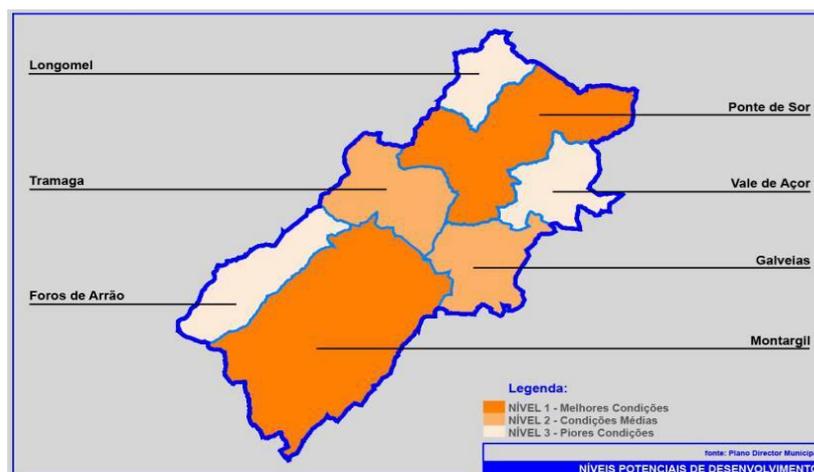


Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

No concelho, o nível de desenvolvimento das freguesias é avaliado através da análise da existência de equipamentos vários e de infraestruturas, como sejam, recolha e tratamento de lixo, rede de esgotos, água canalizada, eletricidade e transportes públicos. Do mesmo modo, também o crescimento da população, a carência de alojamento e a densidade populacional (hab./Km²) determinam o desenvolvimento das freguesias do concelho de Ponte de Sor. No que se refere à oferta de emprego, às acessibilidades, à procura de estabelecimentos de ensino ao nível da educação e formação profissional, estes têm sido fatores que estão na origem de fluxos migratórios para os aglomerados populacionais com maior capacidade atrativa nestas áreas. O estabelecimento de uma hierarquia de aglomerados tem subjacente a necessidade de definição de um correto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Esta hierarquização constitui um instrumento fundamental na orientação da implantação espacial de equipamentos e de atividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações inter-centros e atenuando a atual dependência polarizada das sedes concelhias. Considerando a evolução tendencial da rede urbana, de acordo com o Plano Diretor Municipal (revisão de 2010), a estratégia de desenvolvimento proposta para o concelho, bem como as propostas de ordenamento territorial, obtiveram-se cinco níveis hierárquicos: Nível I -

Ponte de Sor; Nível II - Galveias e Montargil; Nível III - Tramaga, Foros do Arrão, Longomel e Vale de Açor; Nível IV - Ervideira, Escusa/Tom, Farinha Branca, Foros de Arrão de Baixo, Foros do Mocho, Rosmaninhal, Torre das Vargens, Vale do Arco, Vale de Vilão, Fazenda; e, no Nível V – os restantes aglomerados. Assim, em termos de potencialidades de desenvolvimento e ainda segundo o PDM, temos o seguinte cenário de potencial desenvolvimento (Mapa 5):

Mapa 5 – *Níveis Potenciais de Desenvolvimento*



Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

Em termos de potencialidades de desenvolvimento, a classificação é feita por níveis que vão desde o nível 1 (mais escuro, melhores condições) ao nível 3 (mais claro, piores condições). Neste sentido, no concelho de Ponte de Sor e perante os dados apresentados, podemos concluir que a freguesia de Montargil possui características ao nível do território que poderão colocar, a médio prazo, no mesmo nível de desenvolvimento, que a sede de concelho, apresentando-se, assim, como aglomerado em franco potencial de desenvolvimento.

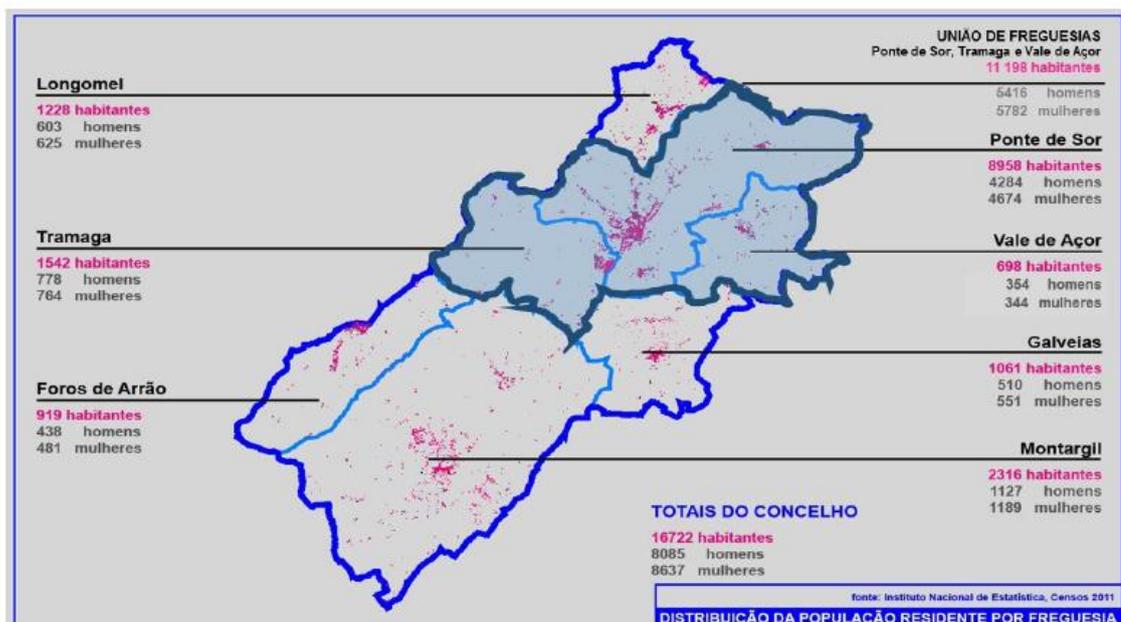
O concelho de Ponte de Sor regista em 2011, um total de população residente de 16722 indivíduos, o que representa um decréscimo populacional, face ao momento censitário de 2001, de 1418 pessoas. Esta diminuição populacional veio influenciar a caracterização demográfica do concelho, nomeadamente a densidade populacional do território que em 2001 era de 21,6 hab/Km² e passou em 2011 a ser de 19,9 hab/Km², o que representa um decréscimo de 1,7% num período de tempo de dez anos. Mesmo assim, apesar do decréscimo registado, a densidade populacional de Ponte de Sor, é ligeiramente superior à verificada no Alto Alentejo mas bastante inferior à média nacional. Esta análise resulta do estudo de dois indicadores basilares, como o

são, o crescimento efetivo e o crescimento natural. Neste sentido, verifica-se que no concelho de Ponte de Sor, se evidencia um decréscimo destes indicadores, sendo o mais relevante, a taxa de crescimento efetivo, que representa o crescimento real da população, num dado ano por cada 100 habitantes.

No período de 2001 a 2013, o concelho apresenta um saldo fisiológico negativo, atendendo à diminuição do número de nascimentos e também do número de óbitos. Diminuição que, no período de 2010 a 2013, não sofreu alterações tão significativas, como nos anos anteriores.

Quanto à evolução da população residente no concelho de Ponte de Sor, entre 1960 e 2011, verifica-se uma tendência para o seu decréscimo, apenas contrariado pelos aumentos populacionais registados nos censos de 1981 e 2001. O decréscimo demográfico que se registou no concelho de Ponte de Sor, entre 2001 e 2011, verificou-se em todas as freguesias. No entanto, com a fusão de freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, esta apresenta-se como a freguesia com mais população, aglutinando cerca de 67% do total da população do concelho. A freguesia com menos habitantes é a de Foros de Arrão, com apenas 5,5% da população do concelho, seguida de Longomel. A freguesia de Montargil segue-se à da União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, com cerca de 13,9% da população do concelho (dados referentes aos Censos de 2011).

Mapa 6 – Distribuição espacial da população



Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

Apesar de um decréscimo populacional, podemos dizer que, comparativamente aos anos de 2011 e 2013, a União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, apresenta um ligeiro crescimento demográfico, em relação ao restante concelho. Tal facto deve-se, possivelmente, aos investimentos levados a efeito por parte da Autarquia no concelho, no que se refere ao desenvolvimento de infraestruturas a vários níveis, como sejam a Educação, a construção de uma zona industrial em constante expansão e a construção do Aeródromo de Ponte de Sor que trouxe para o concelho, uma outra realidade empresarial e um investimento externo por parte de entidades externas ao mesmo.

Ao ser realizada a análise cronológica, duas interpretações surgem. A primeira remete-nos para a generalizada tendência de diminuição populacional em quase todas as freguesias do concelho, onde a freguesia de Galveias é aquela cuja taxa de decréscimo é mais acentuada. A segunda, prende-se com o facto de neste panorama de diminuição da população, Ponte de Sor contrariar esta tendência, com uma taxa de variação de 1,74%. Este crescimento deve-se ao facto de Ponte de Sor constituir, neste momento, um território com uma relativa atratividade, com capacidade aglutinadora de população.

Em 2011, a tendência de evolução da população do concelho de Ponte de Sor, pelos vários grupos etários, aponta para uma diminuição significativa de crianças e jovens e um aumento gradual do número de idosos, seguindo assim a tendência nacional de envelhecimento da população.

A análise da estrutura da população residente no concelho, em função da variável “sexo”, permite visualizar uma organização demográfica equilibrada. De facto, registavam-se, em 2011, valores similares e pouco expressivos, com exceção de Ponte de Sor em que se assinalaram mais 388 mulheres do que homens, o que traduz uma tendência de proporcionalidade entre homens e mulheres. De acordo com os Censos de 2011, a população regista no grupo etário dos 25-64 anos de idade, uma maior distribuição (62%) seguida do grupo etário dos 65 e mais anos (25,4%), o que confirma o seu envelhecimento, resultado da diminuição da população e um aumento populacional, em especial a partir do grupo etário 70 a 74 anos. Este envelhecimento é mais visível na população feminina do que masculina. No que diz respeito à estrutura etária da população residente nas freguesias, percebemos que esta dinâmica de progressivo envelhecimento da população é extensível às mesmas. Na freguesia de Galveias, ressalta o aumento do número de idosos na faixa etária dos 65 e mais anos, que corresponde a 35,6% da população, em contraponto com apenas 10,2% da população dos 0-14 anos. É de destacar que na

faixa etária da população com 70 e mais anos, o número de mulheres é significativamente superior ao de homens. Na freguesia de Longomel, salientamos a diminuição da população nas faixas etárias mais jovens que totalizam apenas 10,1% da população total. Relativamente às faixas etárias mais elevadas (65 e mais anos), estas atingem 30,5%, o que representa o triplo de idosos face à população jovem. À semelhança do verificado na freguesia de Galveias, percebemos que a maioria da sua população se situa na faixa etária superior aos 60 anos, confirmando o envelhecimento do território. A baixa da natalidade e o aumento da esperança média de vida, estão na base deste duplo envelhecimento. Outra freguesia do concelho que merece destaque é a de Foros de Arrão, onde é ainda mais evidente, o maior número de mulheres na população idosa, assim como o envelhecimento da população. O grupo etário dos 65 e mais anos corresponde a 34,5% da população e apenas 8,8% corresponde à faixa etária dos 0 -14 anos. Na freguesia de Montargil, 38,4% da população é idosa e, em contrapartida, apenas 9,4% possui menos de 15 anos, situação que é transversal a todo o território. No que se refere à União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, verificamos que esta é a freguesia mais jovem do concelho em que 14,1% da população tem menos de 15 anos e o peso da população idosa se cifra nos 21,3%. A justificação de tais dados pode prender-se com a atratividade da sede do concelho, de cariz mais urbano e, igualmente, com o facto de esta freguesia aglutinar três localidades (Ponte de Sor-Tramaga-Vale de Açor).

O índice de rejuvenescimento da população em idade ativa, segundo os dados de 2011, permite-nos verificar a relação que existe entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (20-29 anos) e a que está a sair (55-64 anos). Em 2011, este índice, situa-se nos 84,2%, o que significa que por cada 100 indivíduos que saem, apenas entram 84. Numa década, diminuiu em 466 o número de jovens que se encontram em idade de iniciar uma ocupação, o que levanta questões ao nível do rejuvenescimento da população e, consequentemente, da sustentabilidade económico-social do território.

O número de pessoas residentes no concelho, em função da variável “idade” dos seus habitantes, confirma a existência de uma percentagem significativa da população em idade ativa – 62%. No entanto, torna-se também evidente que, a representatividade da população mais jovem (0-14 anos) – 12,6%, é inferior ao peso da população mais idosa (65 e mais anos) que representa 25,4% da população. De acordo com os Censos de 2011, podemos constatar que na última década, Ponte de Sor diminuiu a população das faixas etárias entre os 0 – 14 anos em 457 indivíduos, bem como a população entre os 15 e os 64 anos, que reduziu em 900 pessoas,

umentando, contudo, a faixa etária dos mais de 74 anos, em cerca de 467 indivíduos.

No que respeita ao índice de dependência jovem, que determina os encargos potenciais que este grupo etário tem sobre a população ativa, os Censos de 2011 dão a conhecer que a proporção da população jovem, face à população com 65 e mais anos, corresponde a 100 jovens por 200 idosos. De igual forma, verifica-se que relativamente ao índice de dependência de idosos, este aumentou 2,8% numa década, ou seja, por cada 100 indivíduos em idade ativa (15–65 anos) existem 41 idosos. Para além disso, o envelhecimento da população manifestado pelo aumento do número de pessoas mais idosas, faz com que se registre um incremento do peso da população com 74 e mais anos, face a pessoas com mais de 64 anos, o qual está fixado nos 13,9%, o que nos permite referir que o mesmo está a crescer. Tal situação vem confirmar o que já vem sido referido no que concerne à longevidade bastante elevada verificada em Ponte de Sor e Alto Alentejo. Aliado a este registo, esta dinâmica de envelhecimento populacional, deve-se também ao facto de a taxa de natalidade estar a diminuir, tendo atingido o valor mais baixo no ano de 2013 – 6,7‰. Ao compararmos estes dados com os da região do Alto Alentejo (6,9‰) e do país (7,9‰), verificamos que os valores, nesta região do país, são inferiores, contudo seguem a tendência nacional.

Quando analisadas as taxas brutas de natalidade verificamos, que entre 2001 e 2013 se tem registado uma diminuição neste indicador demográfico. Esta diminuição é de 1,3‰, o que significa que atualmente, por cada 1000 pessoas, nascem menos 1,3 criança do que nasciam em 2001. Neste sentido, é também pertinente analisar o Índice Sintético de Fecundidade, medida abstrata da fecundidade, e um indicador conjuntural que corresponde aos níveis de fecundidade observados durante um ano civil. Deste modo, mesmo que não represente o comportamento real de uma geração de mulheres, permite-nos ter uma correspondência do número médio de filhos por mulher, num determinado período de tempo. Assim, em Ponte de Sor o número de crianças que nascem, não é suficiente para garantir a renovação das gerações, já que este se encontra centrado nos 1,2 filhos por mulher. Para garantir essa renovação, esse índice deveria ser de 2,1 filhos, por mulher. Em paralelo, verifica-se no concelho uma diminuição do número de filhos por mulher em idade fértil e um aumento da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho. É de registar ainda que a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho se situa na faixa etária dos 25 aos 34 anos, situação que reflete a tendência nacional e internacional. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho tem vindo a registar um aumento gradual, subindo dos 25 anos, no início dos anos 90, para

os 26,5 no virar do milénio, fixando-se, em 2011, nos 29,2 anos. Os dados conhecidos, para além do decréscimo no número total de nascimentos, refletem ainda outro aspeto importante de ressaltar, nomeadamente, o decréscimo considerável do número de nascimentos na faixa etária entre os 15 e os 19 anos. Na faixa etária entre os 10 e os 14, em 2013, não se registaram nascimentos, o que evidencia, de certo modo, os esforços feitos ao nível da educação e promoção para a saúde, ao nível do planeamento familiar. Contrariamente ao que acontece com o número de nados-vivos totais, o número de nados-vivos fora do casamento entre 2001 e 2013 aumentou, passando de 37 em 2001, para 59 em 2013. Estes valores refletem as alterações ocorridas nas últimas décadas ao nível da estrutura familiar, nomeadamente, com a diminuição do número de casamentos.

A migração, devido a determinados fatores profissionais e sociais, constitui um fenómeno presente neste concelho de Ponte de Sor. No ano de 2011, a variância entre a população residente e presente foi de 793 habitantes, verificando-se em todas as freguesias uma tendência idêntica, isto é, a população residente é superior à presente, o que denuncia emprego fora do concelho bem como jovens estudantes do ensino superior. As freguesias onde melhor se pode verificar esta tendência são as freguesias de Ponte de Sor (-488), Montargil (-101) e Tramaga (-57). Embora a população residente seja superior à população presente, são várias as naturalidades não portuguesas de alguns habitantes presentes em Ponte de Sor. O país estrangeiro mais representado no nosso concelho é o Brasil (48). Com valores mais baixos vem o Reino Unido (38), a França (9), outros países Europeus (12) e os vindos dos Países de Expressão Portuguesa – PALOPS (2).

Realizar uma análise socioeconómica do concelho de Ponte de Sor, permite uma análise do território numa dimensão ao nível da futura delimitação de políticas sociais locais. Analisar os principais indicadores e os diversos setores de atividade existentes no concelho e a sua dinâmica, é um complemento a todos os indicadores até então já abordados e analisados. Realizar uma análise dos principais indicadores, assim como dos setores de atividade do concelho e a sua dinâmica, são estudos que complementam a caracterização do mesmo.

Para o aumento do risco de pobreza e exclusão social das famílias, pode contribuir o desempenhar ou não de uma atividade profissional. Uma população que apresenta níveis de desemprego mais elevado, apresenta paralelamente riscos ao nível da habitação, da saúde, das dependências, e, quando associados a outros riscos, os baixos níveis de escolaridade e formação profissional desajustadas quer às necessidades locais como à vida familiar e à degradação

generalizada das condições de vida, são consequências inevitáveis. O emprego/desemprego, quando associados a uma dinâmica económica e empresarial de um território, podem constituir um elemento chave para o combate à pobreza e à exclusão social.

Já verificamos aquando da análise demográfica que, em Portugal as mulheres constituem 52% da população residente. Esta mesma situação verifica-se no concelho de Ponte de Sor que apresenta cerca de 51,6% da população. No entanto e tal como se pode verificar pela tabela (Tabela 1), a população ativa masculina, comparativamente ao que acontece na região do Alto Alentejo e no País como um todo, é superior à população ativa feminina.

Tabela 1 – *População Ativa e Taxa População Ativa*

	POPULAÇÃO ATIVA TOTAL		POPULAÇÃO ATIVA MASCULINA		POPULAÇÃO ATIVA FEMININA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PORTUGAL	5 023 367	47,56	2 603 574	51,59	2 419 793	43,87%
ALTO ALENTEJO	50 474	42,63	26 458	46,56	24 016	38,98
PONTE DE SOR	7 409	50,7	3 992	57	3 417	45

Fonte: PORDATA 2011 – (última atualização a 01/08/2014)

A tabela mostra-nos que, apesar da taxa de atividade feminina ser inferior à taxa de atividade masculina, o concelho de Ponte de Sor apresenta uma taxa de atividade feminina superior à da região Alentejo.

No que diz respeito aos níveis empregabilidade no concelho, podemos dizer que esta é sempre mais baixa no sexo feminino, destacando-se a diferença de 9,28%, entre a percentagem de população masculina e feminina empregada no concelho. Comparativamente a Portugal, esta diferença é ligeiramente inferior, onde a diferença se acentua nos 13,08%. No concelho de Ponte de Sor, a população ativa masculina é sempre superior à população ativa feminina, situação que se mantém quando analisados os dados relativos à população ativa empregada. Também ao nível das freguesias se pode verificar que, a taxa de atividade feminina é inferior à taxa de atividade masculina, sendo mais acentuada a diferença nas freguesias de Vale de Açor (14,28%); Longomel (12,21%); Tramaga (11,48%); Foros de Arrão (11,26%); Galveias (11,22%); Montargil (11,06%) e a diferença mais baixa na freguesia de Ponte de Sor com uma taxa de atividade feminina 8,27% inferior à masculina. Esta situação pode explicar-se pela oferta de empregos disponíveis nas várias freguesias, sendo a freguesia de Ponte de Sor aquela em que se encontram o maior número

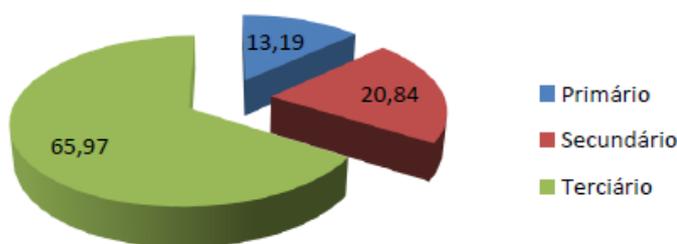
de postos de trabalho.

Ao nível da evolução da população ativa, entre 1991 e 2011, o concelho de Ponte de Sor teve uma evolução positiva. Com taxas de atividade progressivamente superiores (40,8% em 1991, 44% em 2001 e 52,2% em 2011) é de referir que em igual período, houve sempre uma taxa de atividade masculina superior à taxa de atividade feminina. Contudo, a discrepância é atualmente muito menor, em 1991 a taxa de atividade masculina era superior à feminina em 23,6%, já em 2011 essa diferença situa-se nos 9,7%.

Entre 1991 e 2001, em relação à taxa de desemprego, registou-se uma diminuição na ordem dos 2,1%. Já entre 2001 e 2011 registou-se um aumento de 3,2%, sendo a taxa de desemprego total de 12,4%. Mais uma vez, no que respeita ao desemprego, é o sexo feminino o mais prejudicado.

No que se refere aos diferentes setores de atividade, de acordo com os Censos de 2011, o setor primário é o menos representado não só em Ponte de Sor, mas também a nível do Alto Alentejo e mesmo em Portugal. Embora o concelho de Ponte de Sor se situe numa área com grande vertente agrícola e florestal, comparativamente a outros países, estas atividades têm progressivamente sido abandonadas, representando poucos postos de trabalho do concelho.

. Gráfico 1 – *População Ativa por Setor de Atividade*



Fonte: INE, Censos 2011

O setor primário detém 13,19% da população ativa, onde uma das atividades primárias mais relevantes no concelho é a extração de cortiça que fornece as indústrias corticeiras da região. Em termos de emprego, a extração da cortiça é importante, no entanto, a grande maioria dos postos de trabalho criados são temporários, abrangendo apenas cerca de 2/3 dos meses do ano. Para além da extração da cortiça, a exploração do Montado tem ainda a vantagem de poder ser feita em conjunto com outras atividades primárias, sendo que, em Ponte de Sor, se destaca o pastoreio, associado à pecuária. Para além destas explorações, existem outras que, embora em pequena

escala, promovem o emprego neste setor, ainda que de forma sazonal, tais como, a produção de hortícolas (ex.: alhos e pimentos que fornecem a fábrica da Incopil); frutas (ex.: morangos); tabaco natural biológico; ervas aromáticas e medicinais; azeitonas e azeite; mel; uvas e vinho; leite e queijos, entre outras. O desenvolvimento deste tipo de negócios pode, contudo, ser o meio de divulgação de produtos considerados de alta qualidade e que marcam a Diferença, podendo constituir-se como um importante meio para a criação de novos postos de trabalho no concelho. Podemos concluir que, apesar de vivermos num país com grandes potencialidades ao nível da agricultura, pecuária e produção florestal, este setor tem sido abandonado, contrariamente ao passado, vindo a perder a sua importância ao longo dos tempos.

O setor secundário ocupa 20,84% da população ativa do concelho. Ponte de Sor, ao nível da indústria é um dos concelhos do Alto Alentejo e mesmo do Alentejo na sua globalidade, com maiores tradições, o que se repercute nos índices de população ativa dedicada à indústria. Embora a principal empresa empregadora do concelho até 2009 ter sido a DELPHI (indústria ligada ao ramo automóvel), com o seu encerramento, a indústria corticeira ganhou destaque e é neste setor que emprega o maior número de pessoas do concelho. Neste momento, com a expansão do aeródromo de Ponte de Sor, o setor da aeronáutica também apresenta uma considerável taxa de empregabilidade.

De entre os três setores, o terceiro setor é o que detém maior número de trabalhadores de ambos os sexos. Mais de metade da população ativa do concelho (65,97%), desenvolve atividade em empresas/instituições locais, destinadas aos serviços, comércio e prestações de cuidados à comunidade.

A grave conjuntura económica que o país tem atravessado nos últimos anos e a situação geográfica de interioridade da região Alentejo que, de acordo com os resultados dos Censos 2011, perdeu população, assim como a pouca industrialização existente, são fatores que propiciam o desemprego. A conjugação destes fatores agravou o panorama do desemprego em Ponte de Sor, no entanto este tem vindo a decrescer em resultado de várias medidas que favoreceram o emprego, nomeadamente, a reabertura da fábrica de Cortiça de Barreiras (Amorim Florestal), a abertura do Lar de Idosos “Casa dos Avós”, o Aeródromo Municipal, bem como, as medidas do Instituto de Emprego e Formação Profissional que permitiram a realização de estágios profissionais e a contratação ao abrigo da medida estímulo emprego.

A diferenciação de género tende a diminuir, ou seja, em 2010, o número de mulheres que procuravam emprego era superior ao número de homens, 56,50% e 43,50%, respetivamente.

Atualmente, os dados indiciam uma maior paridade entre sexos, com alguma predominância do desemprego masculino. Para além disso, aproximadamente 90,88% dos desempregados procuravam, em setembro de 2014, um novo emprego e cerca de 9,12% encontravam-se à procura do primeiro emprego. No sentido de combater o desemprego ainda existente, têm sido desenvolvidos esforços no distrito de Portalegre, no sentido de que o mesmo seja reduzido. Os dados relativos a novembro de 2013 demonstram que as medidas mais utilizadas para o combate às situações de desemprego são a Formação Profissional (Jovens e Adultos) e a Inserção Profissional através de trabalho social na comunidade. De entre os desempregados, no distrito, 51 pessoas já criaram o seu próprio emprego, tendo recorrido a apoios para o efeito.

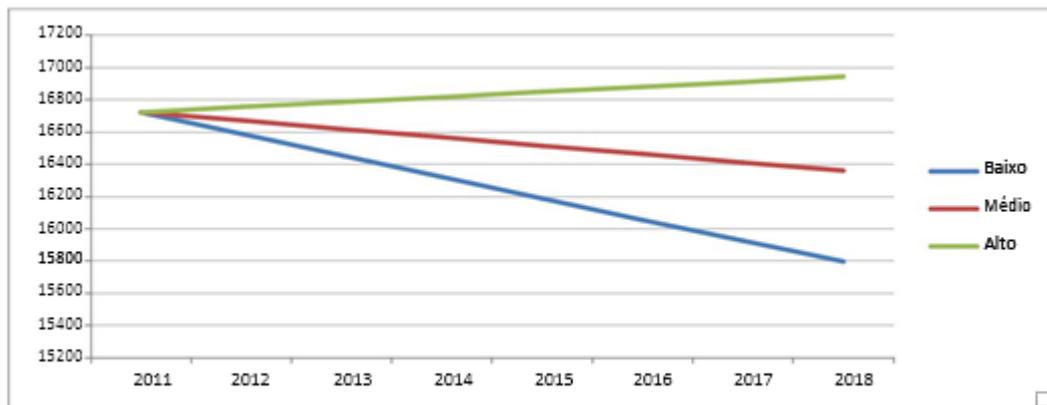
2.1.3. Projeções demográficas da população residente no concelho de Ponte de Sor até 2018

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Sor, compreender a realidade social deste concelho através da identificação das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades, assim como de recursos e potencialidades locais que constituem reconhecidas oportunidades de desenvolvimento, é um objetivo já definido e prioritário ao nível local. Para a sua concretização, é necessário realizar projeções demográficas para o horizonte temporal do plano de intervenção idealizado. Neste sentido, foram elaboradas aquando da realização do Diagnóstico Social do Concelho de Ponte de Sor, projeções demográficas da população residente até 2018. Para isso, numa fase inicial o Município procedeu ao cálculo do crescimento médio anual do período em análise. Para aferir a Projeção da População do concelho para o ano de 2018, aquando do Diagnóstico Social, foi efetuado o cálculo de três cenários distintos de modo a conseguir definir de uma forma mais clara e sintetizante o que era pretendido com tal estudo. Foram utilizados o número de habitantes à data dos Censos de 2011 (por ser a população mais recente e por isso a mais representativa do concelho), à qual foi aplicada uma taxa de crescimento anual médio (TCAM) distinta.

Para o cenário alto utilizou a TCAM do período 1991 a 2001, uma vez que neste período intercensitário registou-se um considerável aumento da população total. No cenário médio recorreu à TCAM do período 1991 a 2011 por ser o reflexo do crescimento real da população do concelho nas últimas duas décadas. No cenário baixo, à população dos censos de 2011 aplicou a

TCAM de 2001 a 2011, a qual reflete a diminuição da população ocorrida na última década. Os resultados dos três cenários estão refletidos no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – *Cenário das Projeções da População para o concelho de Ponte de Sor (período 2011 a 2018)*



Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

Como se observa no gráfico, o cenário alto remete-nos para um aumento da população, aproximando-se em 2018 dos 17000 habitantes, ou seja, face à população real de 2011 seria um aumento de 278 habitantes. O cenário médio aponta para uma diminuição da população em 2018, seguindo a tendência de decréscimo populacional verificado no último período intercensitário. Já o resultado do cenário baixo, remete-nos para uma situação de decréscimo acentuado da população no ano de 2018, onde a população esperada seria de cerca de 15800 habitantes, ou seja, no concelho existiriam menos 922 habitantes do que os registados nos censos de 2011.

Tendo em consideração que, o cálculo do cenário médio utiliza a TCAM do período 1991 a 2011, consideramos que o mesmo reflete de forma mais realista, a situação atual do concelho. Desta forma, foi este o cenário considerado para os restantes resultados a apresentar.

Freguesia	Ano da Projeção	
	2011	2018
Galveias	1061	912
Foros de Arrão	919	821
Montargil	2316	2081
Longomel	1228	1125
Ponte de Sor	8958	9424
Vale de Açor	698	614
Tramaga	1542	1587
União de Freguesias	11198	11625

Tabela 2 – *População por freguesia, comparação entre população (2011) e população esperada (2018)*

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

A análise da tabela permite-nos concluir que, ao longo dos próximos anos e durante todo o período entre 2011 e 2018, ir-se-á registar uma progressiva diminuição da população, caso se mantenham as atuais tendências, nomeadamente, ao nível da natalidade e mortalidade. Verifica-se uma ligeira diminuição da população em todas as freguesias, com exceção das freguesias de Ponte de Sor e Tramaga, onde se regista um aumento do número de residentes. Deste modo, se se analisar os dados relativos à União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor, podemos verificar também um aumento populacional de cerca de 427 habitantes entre 2011 e 2018.

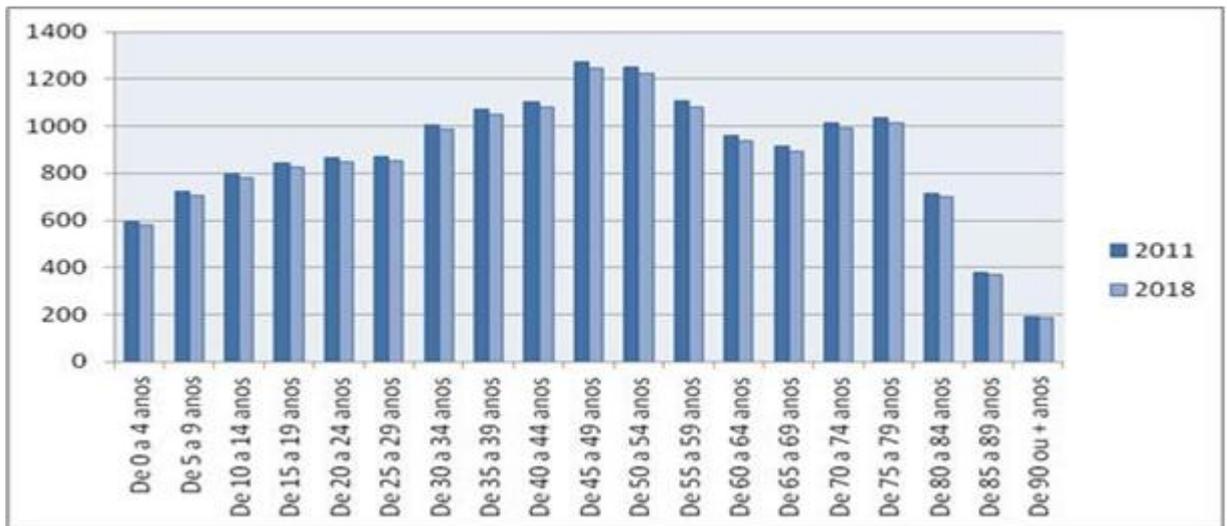
No que diz respeito às freguesias, foram também calculados três cenários. Para a elaboração dos cenários foram calculadas as taxas de crescimento anual médio de cada freguesia, no sentido de representar corretamente os ritmos de crescimento de cada uma. Contudo, podem registar-se diferenças, face ao número total de população projetada para 2018 no concelho.

Em relação à freguesia de Ponte de Sor verifica-se que, contrariamente à tendência da evolução da população do concelho e das restantes freguesias, Ponte de Sor terá um aumento populacional, ainda que o mesmo, seja pouco expressivo. Este crescimento pode explicar-se, em parte, pela revitalização económica que tem vindo a ocorrer no concelho e com maior impacto na freguesia sede.

Paralelamente, estão projetados para os próximos anos novos investimentos que, certamente, irão contribuir para o aumento das ofertas de emprego na freguesia de Ponte de Sor e, conseqüentemente, transformar esta cidade alentejana numa atração, quer para os habitantes das freguesias vizinhas, quer como um polo de atração para população proveniente de outros concelhos e até de outros países.

Com o objetivo de melhor perceber as alterações propostas por este cenário na estrutura populacional, apresentamos o seguinte gráfico comparativo entre a população real à data dos censos de 2011 e a população esperada no ano de 2018.

Gráfico 3 – População real em 2011 e população esperada em 2018



Fonte: Diagnóstico Social do Concelho e Ponte de Sor (2015-2017)

2.2. CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE SOR

2.2.1. Caracterização da Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Ponte de Sor localiza-se no Campo da Restauração e, neste mesmo edifício, encontram-se todos os departamentos e divisões que constituem os serviços afetos ao Município. Aqui também se encontra o serviço da União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor. A construção do recente e, atual edifício, foi pensado de forma a centralizar serviços e ir ao encontro das necessidades dos municípios do concelho.

Para proceder à caracterização do local de Estágio, Câmara Municipal de Ponte de Sor, torna-se pertinente apresentar uma descrição das principais características da organização. De seguida, faz parte desta caracterização, apresentar a sua missão, visão e valores, tal como a sua estrutura organizacional.

A Câmara Municipal de Ponte de Sor é um órgão autárquico do concelho e cabe-lhe promover o desenvolvimento do Município em todas as áreas da vida, como a saúde, a educação, a ação social e habitação, o ambiente e saneamento básico, o ordenamento do território e urbanismo, os transportes e comunicações, o abastecimento público, o desporto e cultura, a defesa do consumidor e a proteção civil.

A sua missão é a de definir e executar políticas, tendo em vista a defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população local. Cumpre essa missão, com o objetivo de construir uma cidade centrada nas pessoas, procurando fazer do concelho de Ponte de Sor um referencial na área da coesão e inclusão social. Paralelamente, procura ganhar os desafios a que se propõe, como a competitividade, a inovação e a modernidade, no quadro de um desenvolvimento sustentável.

De modo a prosseguir esta visão, a Câmara Municipal de Ponte de Sor pauta a sua atuação centrando-se nos seguintes valores:

- **Coesão Territorial:** desenvolver o seu território, adotando políticas de ordenamento, planeamento e gestão territoriais coerentes e apoiadas, para se constituir como um fator de competitividade, atraindo empresas com capacidade de emprego e riqueza;
- **Eficiência:** cumprir com as suas responsabilidades e atingir os seus objetivos, gerindo corretamente os recursos de que dispõe;
- **Inclusão:** entender a diversidade populacional como um fator de inovação nas políticas sociais, educativas e culturais através da eliminação de barreiras à igualdade e oportunidades de uma qualidade de vida para todos;
- **Qualidade:** modernizar os serviços municipais, nas suas vertentes humanas, organizacionais e tecnológicas;
- **Participação:** promover e acolher parcerias com entidades públicas e privadas e defender o trabalho colaborativo que permitam otimizar resultados;
- **Transparência:** informar, monitorizar e avaliar as suas atividades desempenhadas e submeter-se à avaliação externa.

Relativamente à organização da CMPS, esta é constituída por quatro divisões orgânicas, designadamente a Divisão Administrativa e Financeira, a Divisão de Gestão Urbanística, a

Divisão de Projetos e Obras Municipais e a Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto.

A estrutura organizacional (Fig.1) dos serviços da Câmara, tem por finalidade dar a conhecer o funcionamento interno desta. Esta assenta num modelo flexível, apto a dar resposta á crescente complexidade das funções públicas, permitindo um aumento da eficiência e da eficácia dos serviços prestados.

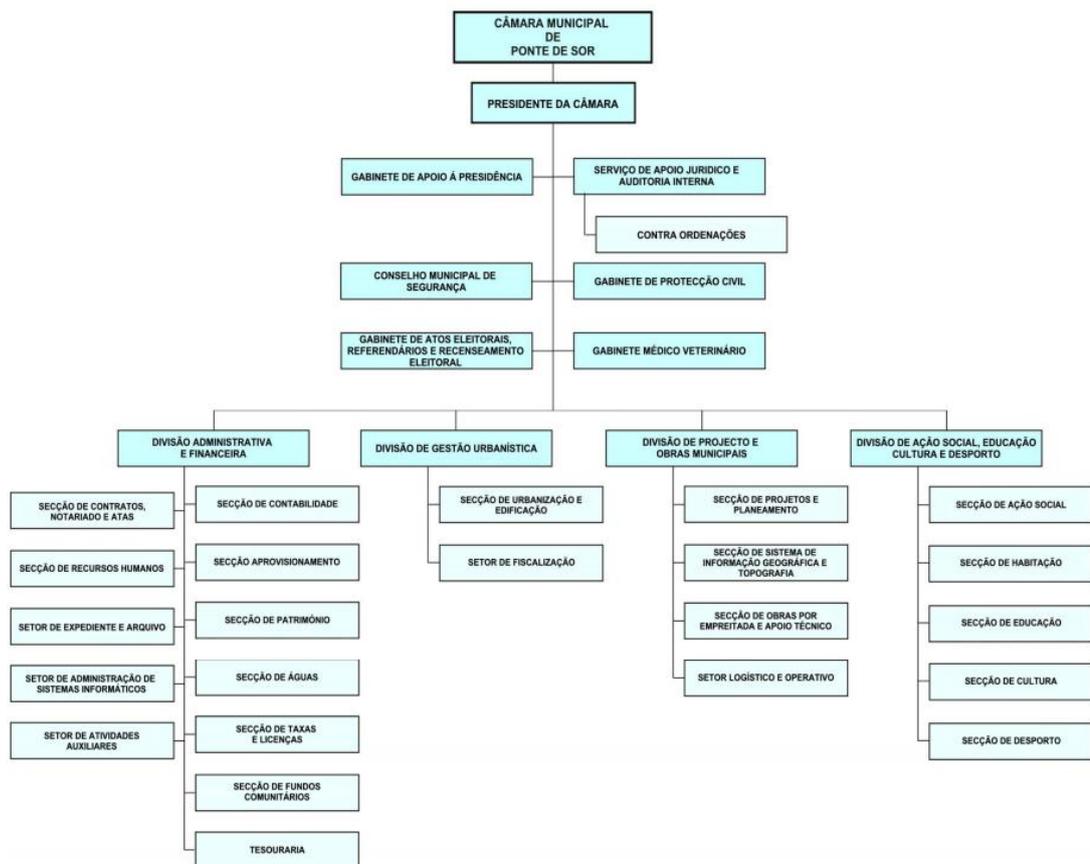


Fig 1. Organograma da CMPS (CMPS, 2017)

Fonte: CMPS (2017)

2.2.2. Caracterização do Local de Estágio - Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto

A Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto é constituída por cinco subunidades: Secção de Ação Social; Secção de Habitação; Secção de Educação; Secção da

Cultura; e a Secção de Desporto.

A Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto “tem por missão programar e gerir as atividades municipais, de forma a melhorar as condições de vida da população e dos grupos mais vulneráveis.

1- Compete à Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, no âmbito da Ação Social:

- a) A criação de um ambiente saudável, moralmente elevado, caracterizado pela cooperação de solidariedade entre os cidadãos;
- b) Estimular o gosto pela participação e interação social e desportiva;
- c) Executar as medidas de política social, nomeadamente as de apoio à infância e aos idosos, que forem aprovadas pela Câmara no domínio das competências do Município;
- d) Implementar programas e projetos na área da ação social, habitação e recuperação de habitações degradadas;
- e) Prestar apoio aos órgãos consultivos das áreas do seu âmbito, nomeadamente, Conselho Local de Ação Social e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- f) Providenciar apoio às I.P.S.S. do concelho.

2- No âmbito da Educação e Cultura:

- a) Assegurar o planeamento e operacionalização das Políticas Socioeducativas e Culturais que visam a formação, promoção e o desenvolvimento dos seus munícipes;
- b) Planear e monitorizar as ações a integrar no Plano de Atividades do Município no domínio da Educação e Cultura;
- c) Garantir o planeamento e gestão eficiente dos recursos educativos e culturais sob a responsabilidade da Autarquia;
- d) Dinamizar e potenciar a cooperação da rede de parceiros e forças locais; promover projetos de intercâmbio cultural a nível nacional e internacional”

À Secção de Educação, local onde se desenvolveu o estágio, são várias as competências que lhe estão adstritas:

- a) Concretizar a política socioeducativa adotada pelo Município para o desenvolvimento integrado dos alunos e comunidade educativa;
- b) Desenvolver estudos de planeamento da rede escolar e formativa:

- c) Apoiar a dinamização do Concelho Municipal de Educação e a elaboração e monitorização da Carta Educativa e Projeto Educativo Concelhio;
- d) Colaborar com os órgãos diretivos das escolas em aspetos de planeamento e gestão e dinamização de projetos educativos;
- e) Garantir o planeamento e gestão do parque escolar e dos recursos educativos nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico;
- f) Implementar medidas socioeducativas no âmbito da Ação Social Escolar nomeadamente: a atribuição de Auxílios Económicos em articulação com a Secção da Ação Social; o fornecimento das refeições a crianças do pré-escolar e a alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- g) Promover uma educação pré-escolar de qualidade, através da implementação de projetos que incidam no ensino do Inglês, da Música e de Atividades de Expressão Física e Motora;
- h) Apoiar e dinamizar Projetos Socioeducativos no âmbito da promoção da leitura, educação pelas artes, promoção de estilos de vida saudável, a preservação do meio ambiente e literacia digital.

Parte III

ESTÁGIO CURRICULAR

3. 1. Desenvolvimento do Estágio

3.1.1. Contextualização

A realização do Estágio constitui uma das opções que integra o segundo ano do Mestrado em Sociologia, área de Especialização Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Évora e faz parte do trabalho a desenvolver ao longo do quarto semestre do plano de estudos.

As primeiras diligências para realizar o referido estágio, uma das opções para conclusão do ciclo de estudos, foi o de contactar a entidade que poderia oferecer o espaço e os meios necessários à realização do mesmo e perceber se, a presença de alguém, com formação na área da Sociologia, poderia contribuir para o trabalho a realizar, uma vez que na Câmara Municipal de Ponte de Sor, não se verificava a presença de um sociólogo. A tomada de decisão para trabalhar um tema que envolvesse a área da Educação, foi também um dos objetivos a que nos propusemos. E, pelas várias razões, numa visita à Câmara Municipal de Ponte de Sor, foi pretensão tomar conhecimento do que poderia ser feito nestas áreas e que fosse uma oportunidade para concretizar os objetivos delineados. Acresce referir que, sendo a minha área base de formação o ensino e, por conseguinte, a Educação, conciliar as duas áreas de formação e o gosto por certos temas ou com eles relacionados, é considerado uma mais-valia pessoal e profissional.

Feita a primeira abordagem para iniciar o novo percurso e, dado um parecer positivo por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, seguiu-se a escolha do orientador da parte da Universidade. Prontamente o Professor Doutor José Saragoça atendeu ao pedido. Na Câmara Municipal havia a necessidade de arranjar um coorientador que acompanhasse este processo. E novamente não houve dificuldades em ter alguém que viesse a acompanhar o mesmo. Prontamente a Doutora Susana Esculcas, Técnica Superior do Município, se disponibilizou a colaborar e deixou em aberto e, como um objetivo primordial, a necessidade de rever a Carta Educativa do Município de Ponte de Sor.

Tomados todos os trâmites legais, iniciou-se o percurso com a integração na Secção de Educação na Câmara Municipal de Ponte de Sor.

A primeira experiência passou por conhecer a equipa de Técnicos Superiores afetos à Divisão onde viria a ser realizado o estágio que, prontamente se disponibilizou para que se ultrapassasse o nervosismo instalado, ao iniciar um trabalho num espaço diferente e com pessoas desconhecidas. Por conseguinte, conhecer outras pessoas, com quem viria a partilhar um mesmo

espaço, por um período de tempo, não é por vezes fácil pela aceitação que se poderá vir a ter. Mas, neste sentido, nada a referir porque, fui muito bem aceite, num ambiente acolhedor e envolvida por pessoas que sempre se mostraram disponíveis em colaborar.

Numa primeira reunião com a coorientadora, os objetivos e as bases orientadoras para a realização do estágio, assim como, a transmissão dos documentos estruturantes a realizar ao longo do mesmo, foram dados a conhecer. O primeiro passo, já em “campo”, estava dado e havia agora um caminho a percorrer, em que a aquisição de conhecimentos, de aprendizagens e a compreensão do social e aplicação de saberes, faziam parte deste percurso.

Tínhamos a perfeita noção de que muita coisa estava para aprender durante a realização do estágio, prevendo um período de desafios gratificantes, pois é com eles que nos construímos a nós próprios e conseguimos construir uma sociedade da qual fazemos parte.

Seguiu-se o início da “tarefa” e com ela, a leitura de documentos orientadores para a reformulação da Carta Educativa e análise do Diagnostico Social já desenvolvido, para além de outros documentos que haviam já sido elaborados e que serviam de base para a construção da referida Carta. Nesta linha, tudo o que era pertinente conhecer para que se pudesse elaborar o documento, era explorado e analisado. Muita documentação, legislação havia a ler e reler, plataformas a consultar e registos já realizados havia a consultar, para que se pudesse, de forma correta, elaborar o documento - Carta Educativa do Concelho de Ponte de Sor.

Por entre este período em que já se desenvolvia o trabalho, houve lugar para algumas reuniões com o orientador da Universidade que, com seus ensinamentos demonstrou o que havia a fazer e melhorar no que já se encontrava realizado ou por realizar. As suas pretensões de melhoria no trabalho realizado, foram sempre uma constante, assim como o foram, por parte da coorientadora, Doutora Susana Esculcas.

Este concretizou-se no contexto de quinhentas e vinte e cinco horas de formação, na Secção de Educação, pertencente à Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto. Das pesquisas realizadas e dos estudos feitos no terreno, procedeu-se à construção do documento - Carta Educativa - a qual não se conseguiu terminar durante o período de estágio, e continua inacabada. Era meu desejo tê-lo feito, mas o tempo em que estive presente para a elaboração da mesma, não permitiu que assim fosse. Outros trabalhos foram surgindo, onde o apoio a prestar se tornou pertinente e a Carta Educativa do Concelho foi algumas vezes relegada para segundo plano. Mas, de qualquer forma, reflita-se que todos os trabalhos desenvolvidos foram uma mais-valia para o documento base a trabalhar, como para outros que lhe serviram de suporte.

Não podemos deixar de referir que os anseios e as dúvidas foram sempre uma constante. Mas conscientes que de com os erros cometidos, os mesmos contribuíram para ultrapassar dificuldades sentidas. Erros que, podemos reconhecer que podem ser avaliados como ensinamentos para a vida. Aprender a Aprender é, e será sempre, um desafio.

3.1.2. Objetivos

O estágio teve como objetivos elementares, aplicar e relacionar os conhecimentos adquiridos em contexto formativo durante a frequência das unidades curriculares afetas ao curso e paralelamente aplicá-los numa atividade prática na área da Educação, ainda que embora num contexto do desenvolvimento de um documento já existente mas que, carecia de revisão por o mesmo se encontrar desajustado da realidade do concelho. Para além destes, houve lugar à exploração de novos contextos e envolvimento que tornaram todo o trabalho mais enriquecido.

Dada a instabilidade profissional, a escolha por uma oportunidade de participar em diversos processos, onde pudesse colocar em prática os conhecimentos adquiridos no percurso académico realizado, para além de consolidar e expandir os conhecimentos adquiridos, num trabalho colaborativo, foram objetivos delineados. Fazer parte de uma equipa que está afeta à Secção de Educação da Câmara Municipal de Ponte de Sor, onde pudesse intervir como sociólogo, foi se dúvida bastante enriquecedor.

Neste trabalho, procura-se perceber as concepções e dinâmicas desenvolvidas pelo município no que concerne à promoção e construção das suas políticas e identificar de que forma a sua implementação ambiciona introduzir mudanças no território, numa perspectiva de desenvolvimento local. É sua finalidade, contribuir ativamente, com saberes sociológicos, para a monitorização e revisão da referida Carta Educativa, no quadro das diretivas do Manual para a Elaboração da Carta Educativa – documento do Ministério da Educação e Ciência que preconiza os necessários procedimentos enquadradores da reavaliação da atual Carta Educativa.

Finalizada a prática supervisionada de estágio, os momentos vivenciados transformaram-se em momentos de reflexão e de produção de conhecimento, o que se traduziu para o papel e deu lugar ao relatório. Tal, permitiu abrir um caminho e horizontes, onde é perceptível que todos os atores são os constituintes de uma sociedade da qual fazem parte e para a qual procuram com seus saberes, construir uma sociedade que a todos pertence.

3.1.3. Metodologia

A monitorização da Carta Educativa teve como principal finalidade construir uma análise da situação educativa do Concelho de Ponte de Sor. Documento em permanente atualização e fazendo parte de um processo de intervenção social, foi elaborado de acordo com uma metodologia assente dados recolhidos de diversas formas: análise de documentos existentes e de questionários aplicados a alunos, pessoal docente e não docente e a encarregados de educação.

As fontes utilizadas para a realização da Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Ponte de Sor foram: Município de Ponte de Sor; Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Instituto Nacional de Estatística; PORDATA.

Para proceder a esta análise, foi constituída uma equipa de trabalho transversal às diferentes secções da Câmara Municipal, onde se procedeu à pesquisa de dados e documentos que fornecessem informação e contribuíssem para a construção da “nova” Carta Educativa. O trabalho efetuado procura sintetizar os aspetos mais relevantes no contexto educativo do Concelho de Ponte de Sor e, paralelamente, fazer uma reflexão sobre as decisões tomadas e os resultados obtidos, partindo dos objetivos definidos na Carta Educativa de 2006, que se aproxima do final do período de vigência para que foi elaborada.

3.1.4 Atividades realizadas

A tarefa principal, de acordo com as necessidades do concelho de Ponte de Sor, foi a de acompanhar e, em paralelo fazermos parte, de uma equipa que se encontrava a rever a Carta Educativa do Concelho de Ponte de Sor (a presente, datada de 2006), agora em fase de apreciação e revisão. Tal revisão deveu-se ao facto de haver a necessidade emergente de realizar tal procedimento, uma vez que a atual Carta Educativa já se encontrava desajustada das realidades do mesmo concelho, por a rede concelhia já ter sofrido algumas alterações e se tornar necessário realizar um novo documento que retratasse as mudanças existentes.

No período em que decorreu o Estágio foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Análise de documentos internos;
- Análise de documentos orientadores para monitorização da Carta Educativa;
- Participação em reuniões de Câmara;
- Leitura de legislação;

- Realização e reformulação de questionários no *Docs.Google.forms* que incluíram indicadores de acordo com o inquérito realizado. Foram realizados questionários sobre: a caracterização da população discente; a caracterização do pessoal não docente; os métodos e hábitos de estudo dos alunos, assim como a outros indicadores relacionados com estes ou com o seu agregado familiar;
- Realização de uma pré-análise, monitorização e exportação dos resultados constantes na base de dados;
- Participação no painel “Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ponte de Sor para o triénio 2015-2018”, mais propriamente no Eixo 2: Educação, Formação e Qualificação;
- Análise do anterior Diagnóstico Social e do atual;
- Leitura e análise do documento orientador da monitorização da Carta Educativa e estudo da situação do concelho de Ponte de Sor face às metas impostas pela atual política governamental, nomeadamente o Programa Nacional de Educação;
- Construção de um documento que contemplasse todos os indicadores inerentes às escolas do concelho de Ponte de Sor;
- Realização da caracterização e análise, de cada freguesia do concelho de Ponte de Sor;
- Participação na Sessão Plenária do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ponte de Sor para o triénio 2015-2017, que se realizou no Centro de Artes e Cultura desta localidade, no sentido de que já existindo um Pré-diagnóstico Social e aprovado o Diagnóstico Social do Concelho, desenvolver o Plano de Desenvolvimento Social do concelho.

Como ator participativo, a procura de dados que permitissem conhecer melhor o objeto de intervenção, o município, o concelho em si mesmo e refletir sobre as necessidades dos munícipes, contribuiu para fazer análises que enriquecessem um documento em construção.

No que concerne há participação no painel “Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ponte de Sor para o triénio 2015-2018” e uma vez que este plano é um instrumento que determina eixos, estratégias e objetivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no Diagnóstico Social, houve a participação num desses eixos, designadamente, o Eixo 2-Educação, Formação e Qualificação - que abordou questões como: o combate ao absentismo, insucesso e abandono escolar/transição para a vida ativa; formação e qualificação/transição para a vida ativa;

respostas no âmbito da educação/cuidados infantis. Neste grupo de trabalho, houve a oportunidade de participar, partilhar ideias e sugestões que foram pertinentes para o momento dada a realidade atual, fazendo todo o sentido integrarem o documento a que se destinavam. Todos os participantes, afetos ao grupo de trabalho, tiveram igualmente a oportunidade de ver e partilhar as suas sugestões e opiniões. Estas ideias conjuntas foram anotadas, procurando-se respeitar os enunciados dos participantes. Ainda na sessão plenária, houve espaço para a partilha das diversas sugestões/conclusões que cada grupo de trabalho tinha para apresentar, de acordo com o eixo de intervenção que trabalhou durante a sessão. Terminado mais um objetivo, que levou à participação dos vários parceiros do CLAS (Centro Local de Ação Social), como a CPCJ, o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, a Escola Segura (GNR), as Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centro de Saúde, Segurança Social, entre outros, o Núcleo Executivo teve de forma sistematizada, realizar um documento onde foi transcrito tudo o que cada grupo realçou no seu eixo de intervenção, construindo-se assim, várias Matrizes SWOT, de acordo com esses eixos. Estas matrizes deram a conhecer as forças e fraquezas que se referiram à situação presente e à realidade interna do concelho (fatores endógenos), assim como as oportunidades e ameaças que poderiam ser exteriores à realidade concelhia (fatores exógenos).

Houve a oportunidade de ser observador, mas ao mesmo tempo, compreender e participar de forma ativa, no plenário do CLAS. Os assuntos debatidos foram pertinentes para a elaboração do PDS (Plano de Desenvolvimento Social), instrumento que é construído pelos vários parceiros do CLAS e onde se definem os objetivos que a Rede Social se propõe alcançar, para um período de três anos, orientado para a ação. Para além disso, este é um documento que se encontra aliado a uma gestão adequada dos recursos e prevê ainda, a monitorização e avaliação de todo o processo relativo à estratégia de desenvolvimento social do concelho. Neste sentido, deve promover-se uma perspetiva integrada e, articular todos os atores, procurando um impacto para a comunidade, na sua diversidade de dinâmicas e processos. Promover o desenvolvimento social e local, deve ser um processo metucioso e bem fundamentado, Foi nesse sentido que, nesta sessão plenária, os vários parceiros procuraram ir ao encontro das ações estratégicas mais adequadas para o atingir. Através de todos estes procedimentos, importa realçar o quanto um diagnóstico bem elaborado, é fundamental para o desenvolvimento local e social, e para que tal se consiga, implica trabalhar em rede, envolvendo os vários atores locais, nomeadamente o município, várias instituições, associações e até a comunidade local. Desta forma, Isabel Guerra aborda a questão das políticas públicas (e aqui podemos englobar o PDS), considerando que “a participação dos

atores económicos e sociais nas políticas de desenvolvimento local advém de uma certa conceção de território como sujeito que apela à participação dos atores e ao reconhecimento de que cada território, engendra uma vida coletiva” (2003).

Dando continuidade ao trabalho antes desenvolvido, participou-se na elaboração do PDS, nomeadamente na construção do documento que transpõe o que foi realizado na sessão Plenária do Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Ponte de Sor. A participação nestas equipas multidisciplinares e o relacionamento com os diferentes membros que compõem o Núcleo Executivo foi, sem dúvida, uma experiência enriquecedora, dado que pode colocar-se em prática os conhecimentos, enquanto participante num processo que está em contínua evolução.

Sendo a Carta Educativa um documento que pretende ser um instrumento, onde se possam aferir respostas aos problemas que surjam no desenvolvimento do processo educativo da população concelhia, realizando um diagnóstico e propondo soluções, por forma a colmatar as carências humanas e materiais, de acordo com a oferta e a procura de educação e formação que seja necessário satisfazer, aliada a esta análise, a Carta Educativa realiza um tratamento dos dados estatísticos deduzidos de estudos efetuados sobre indicadores que a respetiva carta tem de aferir. E, com este propósito, foram construídos questionários eletrónicos com recurso ao *Google Docs*, dirigidos à comunidade educativa, designadamente, a alunos que, embora já não se encontrando a frequentar o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor, as suas respostas foram uma mais-valia para aferir questões que o Município procura desenvolver/solucionar perante a sua comunidade.

No que diz respeito à realização da caracterização das escolas do concelho, foi importante realizar a mesma, uma vez que, houve alterações a vários níveis. E, uma vez que a Carta Educativa contempla essas realidades, foi necessário realizar esse trabalho. Trabalho que, embora em construção, é um trabalho sempre inacabado e em permanente atualização.

3.2. Principais Resultados

3.2.1. A Carta Educativa do Concelho de Ponte de Sor

A revisão da Carta Educativa de 2006 revelou-se necessária, considerando que a rede educativa do município demonstrava-se inadequada relativamente aos princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede, nomeadamente:

-
- a) Encerramento e criação de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
 - b) Alteração ao sistema de organização escolar do ensino básico e secundário, com a reorganização do agrupamento de escolas;
 - c) Reorganização administrativa do território das freguesias;
 - d) Novos indicadores sociodemográficos resultantes do Censos 2011;
 - e) Criação de georreferenciação e caracterização de todos os edifícios de educação, públicos e Privados.

A Carta Educativa de Ponte de Sor divide-se em quatro pontos principais:

1. Caracterização do Concelho de Ponte de Sor: Contexto Histórico, Geográfico, Sociodemográfico e Económico;
2. Caracterização e evolução do sistema educativo: Procura e Oferta do Ensino, por nível de escolaridade, Sucesso Escolar e Projeção da População Escolar no Concelho de Ponte de Sor;
3. Caracterização dos Apoios e Ofertas Educativas no Concelho de Ponte de Sor;
4. Redimensionamento da Rede Educativa: Diagnóstico Estratégico, Princípios Orientadores e Medidas.

A Carta Educativa pretende-se que seja um documento que deva ser um instrumento, de onde se possam aferir respostas aos problemas que venham a surgir no desenvolvimento do processo educativo da população concelhia. Como tal, é com todo este trabalho conjunto que se foi desenvolvendo, que se procuraram encontrar as soluções possíveis de colmatar as carências, tanto humanas como materiais, que de acordo com a oferta e a procura de educação e formação, fosse necessário satisfazer.

No que diz respeito à estrutura do documento (Carta Educativa), este sofreu pequenas alterações, nomeadamente ao nível da estrutura e estética de quadros e gráficos. Há uma preocupação em tornar os mesmos, mais perceptíveis e de fácil leitura.

Note-se que este é um documento que se revela um instrumento de trabalho em que é valorizado um conjunto de parcerias e de entidades. Entidades estas que, poderão elas próprias, promover as suas ações/atividades em consonância com o diagnóstico de necessidades, por se encontrarem capacitadas de um conhecimento mais profundo da realidade.

A Carta Educativa, enquanto documento que diagnostica e inventaria as necessidades da comunidade escolar, apresenta-se como um documento dinâmico, resultante de uma permanente necessidade de atualização e avaliação, tendo em conta as alterações socioeconómicas, bem como o desenvolvimento da política educativa e local. Neste sentido, o documento necessita de uma permanente monitorização, verificando-se as necessárias adequações, de acordo com os diferentes contextos e suas alterações temporais, de forma a redefinir metas estratégicas e objetivos para o reordenamento e requalificação da rede educativa, no intuito de asseverar os melhores resultados.

A avaliação contínua da Carta Educativa permite verificar até que ponto foram atingidos os objetivos inicialmente propostos, e constatar se as medidas propostas, ainda se consideram pertinentes.

3.3. Síntese reflexiva

A Carta Educativa, de acordo com o Art.º 10º do D.L. 7/2003 de 15 de janeiro, é “ a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo do edifício e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”. Neste sentido, concebida como um instrumento que faz parte de um processo de planeamento, de um aprofundamento sucessivo e uma atualização permanente, constitui um instrumento de gestão do território, onde se encontram organizados conhecimentos sobre domínios específicos e onde se propõem estratégias e estruturas para o desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários e atores que advêm com o crescimento populacional e com as necessidades e pretensões das populações.

Pela verificação de indicadores, quer sejam sociais quer sejam demográficos, ou mesmo da análise de ações, do registo de variáveis e dinâmicas equacionadas ou não, será possível perceber de uma forma objetiva, a situação atual dos sistemas educativos dos concelhos, de acordo com as metas inicialmente delineadas e em estudo e, simultaneamente, perspetivar o calibrar de objetivos e a atualização do programa de intervenções inicial.

A Carta Educativa poderá ser entendida como um relatório onde consta uma abordagem aos principais indicadores demográficos, para além de uma análise da sua conformidade com o

previsto, procurando atualizar as respectivas prospeções. Para além disso, trata-se de um documento que permite uma análise das intervenções realizadas, durante um determinado período de tempo.

No caso da Carta Educativa do concelho de Ponte de Sor, na sequência de alterações da realidade social e das novas necessidades que têm surgido ao nível da educação e formação, consequência de fatores como a evolução demográfica, evolução da população escolar e a adequação da rede escolar e de transportes, tornou-se necessário o processo de monitorização do documento base-Carta Educativa de 2006.

CONCLUSÃO

1. Reflexão de um sociólogo numa autarquia

Refletir sobre papel de sociólogo, num período de tempo que marcou um percurso formativo, é querer dar a conhecer os contributos e os olhares, a uma instituição que nos acolheu neste percurso formativo, como o foi a Câmara Municipal de Ponte de Sor.

Ao assumirmos o papel de sociólogo, assumimos-se paralelamente outros papéis inerentes ao individuo. Em todos estes jogos sociais, como que se de um jogo de papéis se tratasse, estes foram conseguidos e deparámo-nos com modelos de socialização diferentes, incorporando-os como atores com uma multiplicidade de esquemas de ações ou de hábitos, onde ativámos funções de acordo com as situações.

As competências, atribuições e atividades de um sociólogo na Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto são várias, dado o abrangente espaço que esta divisão contempla. A nossa missão nesta divisão, prendeu-se no desenvolvimento da monitorização e revisão da Carta Educativa do concelho de Ponte de Sor. Foi no contexto da atual Carta Educativa (datada de 2006) que a intervenção como sociólogo, se enquadrou num trabalho de investigação, estudo, conceção e aplicação de métodos científico-técnicos na área sociológica. Inerente ao trabalho a realizar na monitorização e revisão da Carta Educativa, o papel do sociólogo esteve presente, uma vez que com seus contributos, se conseguiram resultados. E, neste sentido, a participação na programação e execução de atividades ligadas ao desenvolvimento da respetiva autarquia local; realização de estudos que permitissem conhecer a realidade social, nomeadamente na área da educação; desenvolvimento de funções de análise, elaboração de estudos e conceção de métodos e processos de trabalho, para dar resposta às diversas solicitações no âmbito da componente de apoio à família; garantir a execução dos diversos procedimentos inerentes ao serviço social escolar; estudar e aplicar métodos de processos de natureza técnica, de forma responsável e autónoma, enquadrados em conhecimentos profissionais específicos, adquiridos no percurso formativo; realizar questionários a alunos, pessoal docente e não docente e a encarregados de educação; realizar o diagnóstico dos processos dos alunos, enviados pelo Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor para a construção de tabelas e gráficos com os indicadores em análise; realizar listagens dos alunos por escola, por turma, por idade e por sexo e posterior análise; colaborar na criação de procedimentos para as iniciativas e projetos em curso; analisar a dinâmica da ação social escolar de forma a delinear medidas, programas e dinâmicas aplicadas à realidade local; dar apoio na parte da logística dos projetos educativos desenvolvidos

na Divisão, foram os contributos prestados pelo sociólogo ao longo do período da sua permanência na mesma.

Certo é que, o desenvolvimento do trabalho inerente à *Monitorização e Revisão da Carta Educativa de Ponte de Sor-Uma reflexão sociológica a partir da experiência*, foi para além do que havia sido delineado no projeto inicial. Contudo, o contributo dado no desenvolvimento de todo o trabalho inerente à “nova” Carta Educativa do concelho e a todos os desafios que se colocaram ao longo do período de permanência na Divisão de Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, foram bastante enriquecedores para as partes envolvidas no processo. Foram muitas as multiplicidades vividas ao longo deste percurso, mas enquanto indivíduo participante numa atividade e desafios colocados, houve lugar à observação de outros atores que acabaram por fazer parte de um trabalho conjunto.

No que concerne ao papel de sociólogo vs estagiário na autarquia, refletir sobre estes dois estatutos é pernitente. E neste sentido, não se sentiu que desempenhar o papel de estagiário pudesse ter condicionado o desenvolvimento e o reconhecimento do papel de sociólogo na instituição. A partir da experiência de estágio conclui-se que tendo em conta o estatuto de estagiário e a curta duração do mesmo, foi possível como sociólogo, desenvolver esse perfil (Costa, 2004) de forma ativa, ao nível da definição dos papéis e das competências profissionais. Se era desejo ter contribuído mais, com os saberes adquiridos, poder-se-á dizer que sim. Mas, perante a dinâmica e os trabalhos a realizar na Autarquia, uns com caráter mais urgente do que outros, todos se foram encaixando nas horas em que desenvolvia o trabalho.

2. Considerações finais sobre o Estágio

No espaço de tempo que nos propusemos realizar o Estágio Curricular na Câmara Municipal de Ponte de Sor, houve a possibilidade de integrar um ambiente de trabalho no seio de uma equipa responsável pela monitorização e revisão da Carta Educativa do concelho. Esta foi uma oportunidade para compreender como os municípios atuam, num ambiente de interação sistémica com outros atores e através de um instrumento de planeamento estratégico como é a Carta Educativa (que concretizará uma ideia de “futuro” para a Educação do Município), de forma a garantir a permanente eficiência e coerência da rede educativa com a sua política educativa para o território.

A integração nesta equipa e a participação ativa nas atividades que diariamente foram desenvolvidas, vieram contribuir para um notório crescimento no que se refere à aquisição de novos conhecimentos e à consolidação de saberes adquiridos em meio académico. Concluímos que, comparativamente com outros estudos do mesmo âmbito, o Município de Ponte de Sor, assume as suas competências formais para além das suas obrigações legais, procurando dar resposta às necessidades e solicitações da sua população.

Concluímos ainda que, se uma das prioridades para o século XXI, ao nível da Educação, é a «Promoção do Sucesso Escolar», a anterior Carta Educativa datada de 2006 e a atual Carta Educativa do concelho de Ponte de Sor em construção, permitem-nos verificar que são vários os indicadores estudados e que em todos eles, neste período de tempo, se introduziram alterações que se revelam bastante apropriadas à concretização dos objetivos que o Município se propôs atingir na área da Educação. Tendo em conta que são já muitos os parceiros da Rede Social envolvidos, foi urgente sensibilizar os mesmos para estas temáticas, criando mecanismos que os envolvesse em todos os processos.

Assim, e não só porque há outros objetivos a atingir, consideramos que o nosso contributo para a monitorização e revisão da Carta Educativa já existente, foi bem-sucedido e as atividades desenvolvidas foram concretizadas. Durante o estágio, foi notório que os conhecimentos adquiridos ao longo deste percurso formativo, foram colocados em prática e que os mesmos contribuíram para a construção da “nova” Carta Educativa.

No que diz respeito ao documento sobre o qual recai o tema a explorar, pretendeu-se que este viesse a ser um instrumento que possibilitasse aferir e dar respostas aos problemas que venham a surgir no desenvolvimento do processo educativo da população concelhia.

Foi um trabalho conjunto, onde se foram desenvolvendo estratégias no sentido de procurar encontrar possíveis soluções de forma a colmatar as carências, tanto humanas como materiais que, de acordo com a oferta e a procura de educação e formação, sejam necessárias satisfazer. Neste sentido, “trabalhar” a monitorização e revisão da Carta Educativa do Concelho de Ponte de Sor, foi um trabalho desenvolvido e fundamentado nos postulados e nas metodologias da «sociologia da ação», onde se procurou contribuir ativamente, com os saberes sociológicos, para a revisão da referida Carta, no quadro das diretivas do manual para a elaboração da mesma – documento do Ministério da Educação e Ciência que preconiza os necessários procedimentos enquadramentos da reavaliação da atual Carta Educativa.

Apesar dos constrangimentos que pudessem advir ao longo do processo, tornou-se

importante terminar o Plano de Estágio e colocar em prática as estratégias já delineadas.

3. Contribuição para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional

“Seremos o que realmente somos, é aceitarmo-nos e aceitar a nossa experiência, é compreendermos a nós próprios e aos outros, é sermos congruentes e crescermos, desenvolvendo, aperfeiçoando, atualizando e realizando o que já somos, mas de modo a que nos tornemos e venhamos a ser na realidade, aquilo que efetivamente somos”. Estes princípios, são extensíveis a todos os domínios, onde haja a intervenção do homem e onde este desenvolva a sua humana atividade. A Educação é um dos princípios onde o homem teve, e terá sempre, uma participação ativa e em que, ainda hoje, se assiste ao desfecho dos processos de globalização e integração europeia, acompanhadas de reflexões sobre estes mesmos processos. A nível económico, político, social e cultural, Portugal continua a ser atravessado por ritmos e transformações globais a vários níveis, incluindo no setor da Educação.

Desde o primeiro passo até ao último, num percurso de poucos meses, foram muitas as aprendizagens que se tornaram fonte de enriquecimento pessoal e profissional. Estas aprendizagens irão influenciar o nosso desempenho, dedicação e empenho, e dar-nos-ão a possibilidade de nos fazer crescer perante uma sociedade que se encontra em constantes mudanças e que, nem sempre nos possibilita o que mais desejamos, a nível pessoal e profissional.

Ao longo do estágio, num trabalho de equipa, foi sempre notório um enorme apoio por parte de todos os que acompanharam este percurso. Cada momento, cada desafio, deu-nos a possibilidade de desenvolver o sentido de responsabilidade pessoal, num meio onde estão reunidas todas as condições para estimular e desenvolver o espírito crítico e a aplicação das experiências e saberes pessoais.

A nível académico, este percurso veio completar o que já havia sido adquirido durante o percurso académico e paralelamente refletir sobre temas que foram sendo abordados durante o percurso formativo.

A nível pessoal, o estágio foi uma mais-valia, na medida em que veio proporcionar o acesso a um ambiente multidisciplinar que permite ter contacto com o mundo do trabalho, o que se revela uma experiência bastante positiva.

Pretendia-se que o estágio fosse um contributo importante para a consolidação e o desenvolvimento das competências sociológicas adquiridas em meio académico e que, simultaneamente, corporizasse uma mais-valia técnico-científica para o Município, com o sentido de que a participação ativa nas atividades em pleno exercício de estágio, fosse de encontro às expectativas criadas para as partes intervenientes neste processo. Consideramos que tal foi conseguido e que, todas as partes ficaram mais enriquecidas.

Terminado este percurso, que em certos momentos não foi fácil, mas foi conseguido com sucesso, fica o desejo de regressar. E, se o desejo de regressar fosse possível ser já hoje concretizável, não haveria espaço para exaltações. Alguns desafios ficaram em aberto e esperamos que venham a ser a porta aberta para as relações pessoais e profissionais.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, A. J. (1999), A (s) autonomia (s) da escola pública na encruzilhada entre o velho e o novo espaço público, *Inovação*, N.º 12, 121-137.
- AMARO, R. R. (2009), *Desenvolvimento Local*, in CATTANI, António David, *et all*, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Edições Almedina, Coimbra.
- ANDRADE, P. P. C. F. (2010), *Cinzas do Passado*. Revisão crítica por Ana Isabel Coelho Pires da Silva. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor.
- BARRETO, A. (2013), *Estado Central e Descentralização: Antecedentes e Evolução, 1974-1984*, in *Análise Social*, 81/82, 191-217.
- BARROSO, J. (1998), *O reforço da autonomia das escolas no contexto da territorialização das Políticas Educativas*, *Autonomia e Gestão das Escolas*. - Ministério da Educação.
- BARROSO, J. (2008), Parecer Projeto do Decreto-lei 771/2007-Ministério da Educação. Recuperado em 3 agosto, 2011, de <http://www.dgrhe.min-edu.pt> .
- BARROSO, J. (2003), A hipocrisia como política: a propósito da escola da Ponte, in *A Página da Educação*, ano XII, Out. 2003, N.º 127, 15.
- CANÁRIO, R. (1998), Educação e território, *Noesis*, Nº 48, 18.
- CERCA, I., (2007), *Poder Local e Educação: Que relação? A Descentralização de Competências Educativas para o Poder Local*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Políticas Locais e Decentralização: As novas áreas do social, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- CORREIA, A. M. R. & MESQUITA, A. (2013), *Mestrados & Doutoramentos – Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência*, Porto: Vida Económica, Grupo Editorial.
- COSTA, ANTÓNIO F. (2004), *Será a sociologia profissionalizável?*” in *Gonçalves, Carlos et al* (coords.), *Sociologia no Ensino Superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação* (35-59), Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FAURE, E. (1972), *Aprender a Ser*, Lisboa: Livraria Bertrand.
- FERNANDES, A. S. (2004), *Município, cidade e territorialização educativa*.
- FIGUEIRA, J. (2005), *Estão lá fora à nossa espera! Práticas e Experiências da Profissão de Sociólogo*, Ciclo de Conferências, Sociologia, Ciência e Profissão, APS, Évora: Universidade de Évora.

- FORMOSINHO, J. *et al.* (2000), *Políticas educativas e autonomia das escolas*, Porto: Edições Asa.
- GIDDENS, A. (2006), *Dualidade da Estrutura*: Celta Editora.
- GUERRA, I. C., (2002), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais* (2ª Edição), Cascais: Principia Editora, Lda.
- GUERRA, I. C., (2006), *Participação e Ação Coletiva: Interesses, Conflitos e Consensos* (1ª Edição), Cascais: Principia Editora, Lda.
- HILL, M. M. & HILL, A. (2012), *Investigação por Questionário*, Lisboa: Edições Silabo, Lda.
- MACHADO, J. (2004), Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação”, em Costa, J. A., Neto Mendes. A e Ventura A., *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 161-172.
- MACHADO, J. *et al* (2014), *Municípios, Educação e Desenvolvimento Local* (1ª Edição), Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- MARQUES, H. (1986), 10 Anos de Poder Local, Intervenção na Assembleia da República a 12 de Dezembro de 1986, *in Cadernos Municipais*, 38/39, 2-4.
- MATEUS, A. (1981), Transição Política, Democratização do Estado e Crise Económica, *Pensamiento Iberoamericano*, 527.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2011), *O boletim dos professores*, N.º 20, Lisboa: Ministério da Educação, 4.
- MORROW, R. & TORRES, C.A., (1997), O Estado capitalista e a elaboração da política educativa, *in, Teoria social e educação*, Porto: Afrontamento, 311-337.
- OLIVEIRA, C. (1996), *O Estado Novo e os Municípios Corporativos*, *in* Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Círculo de Leitores, 228-359.
- PORTAS, N. (1979), O Poder Local: que Futuro?, *in Cadernos Municipais*, N.º2, 9-21.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (2013), *Manual de Investigação em Ciências Sociais: Trajetos* (6ª Edição), Gradiva Publicações, S.A.
- ROCHA, J. A. O. (2010), *Gestão do Processo Político e Políticas Públicas*, Lisboa: Escolar Editora.
- ROSAS, F. (1992) (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa: Editorial Presença, 95-105.

RUIVO, F. (1988), Agente de Desenvolvimento Local, Formação e Recursos Endógenos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 25/26, 253-261.

RUIVO, F. (1990), Local e Política em Portugal: o Poder Local na Mediação entre Centro e Periferia, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 30, 75-95.

RUIVO, F. (1991), Um Estado Labiríntico: a propósito das relações entre o Poder Central e o Poder Local em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 33, 189-200.

RUIVO, F. (2000), *O Estado Labiríntico. O poder relacional entre Poderes Local e Central em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

SA, L. (2000), *Introdução ao Direito das Autarquias Locais*, Lisboa: Universidade Aberta.

SANTOS, B. S. (1990), *O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais: o caso das políticas de saúde*, in Santos, Boaventura de Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Edições Afrontamento.

SARAGOÇA, J. (2012), *Diagnóstico e Prospetiva Social, (Apontamentos)*, Évora: Universidade de Évora, Escola das Ciências Sociais.

SOUSA, M. J. & BATISTA, C. S. (2011), *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios* (4ª Edição), Lisboa: LIDEL, Edições Técnicas, Lda.

VV, AA., (s.d.), Cidade Educadora, *Cuadernos Cidades Educadoras*, Porto Alegre, América Latina: Edição Trilingue.

Documentos:

Carta Educativa de Ponte de Sor (2006).

Carta das Cidades Educadoras (1990), 1º Congresso Internacional das Cidades educadoras. Barcelona.

Montargil na rota do sagrado. Montargil: Associação Nova Cultura de Montargil, 2011.

PONTIS, Grupo de Estudos Arqueológicos de Ponte de Sor – Carta Arqueológica de Ponte de Sor. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor, 1999.

Legislação:

Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março.

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de

Setembro.

Decreto-Lei n° 115-A/98, de 4 de Maio, com as alterações introduzidas pela Lei n° 24/99, de 22 de Abril.

Lei n° 159/99, de 14 de Setembro.

Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações feitas pela Lei n° 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Decreto-Lei n° 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n° 41/2003, de 22 de Agosto.

Sites Consultados :

<http://www.cm-pontedesor.pt/>

<http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/antonio-costa-defende-descentralizacao-para-celebrar-40-anos-do-poder-local>

(consultado no dia 02/01/2017)

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art6>

(consultado no dia 02/01/2017)

